



CAMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO - CEFOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ana Cleia dos Santos Duarte

INFLUÊNCIA DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS
NA REELEIÇÃO PARLAMENTAR:

Análise da atuação dos deputados federais do Estado de Sergipe na 54^a

Legislatura (2011-2015)

Brasília

2015

Ana Cleia dos Santos Duarte

**INFLUÊNCIA DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS
NA REELEIÇÃO PARLAMENTAR:**

Análise da atuação dos deputados federais do Estado de Sergipe na 54^a
Legislatura (2011-2015)

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/CEFOP, como parte da avaliação do Curso de Especialização em Parlamento e Direito.

Orientadora: Ana Regina Villar Peres Amaral

Brasília

2015

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data ____/____/____

Duarte, Ana Cleia dos Santos.

Influência da execução das emendas orçamentárias na reeleição parlamentar [manuscrito] : análise da atuação dos deputados federais do Estado de Sergipe na 54^a legislatura (2011-2015) / Ana Cleia dos Santos Duarte. -- 2015.

99 f.

Orientador: Ana Regina Villar Peres Amaral.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Curso de Parlamento e Direito, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2015.

1. Deputado federal, Sergipe, 2011-2015. 2. Emenda parlamentar, Brasil. 3. Execução orçamentária, Brasil. 4. Reeleição, estudo de caso, Sergipe. I. Título.

CDU
328.187(813.7)

**INFLUÊNCIA DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS
NA REELEIÇÃO PARLAMENTAR:**

Análise da atuação dos deputados federais do Estado de Sergipe na 54^a
Legislatura (2011-2015)

Monografia – Curso de Especialização em Parlamento e Direito.

– 1º Semestre de 2015.

Aluno: Ana Cleia dos Santos Duarte

Banca Examinadora:

Nome completo do (a) orientador(a)

Nome completo do(a) professor(a)

Brasília, de 2015.

*Dedico este trabalho a minha família, por tudo
que são e que significam na minha vida, em
especial ao meu marido, Wellington Duarte, pela
paciência e compreensão durante todo esse
processo.*

Agradecimentos

*Agradeço, em primeiro lugar, a Jeová Deus que
iluminou o meu caminho durante essa
caminhada.*

*Aos meus familiares e amigos pela paciência e
encorajamento.*

*À minha chefe e dinda, Denise Assumpção, por
permitir ausentar-me do trabalho para me
capacitar.*

*Ao colega Thiago Vesely, que me incentivou a
fazer essa Pós- Graduação.*

*À professora Ana Regina Villar Peres Amaral,
pela paciência na orientação e incentivo, que
tornaram possível a conclusão desta monografia.*

Resumo

DUARTE, Ana Cleia dos Santos. **Influência da execução das emendas orçamentárias na reeleição parlamentar: Análise da atuação dos deputados federais do Estado de Sergipe na 54ª Legislatura (2011-2015)**. 2015. 99f. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR/CD. Brasília, 2015.

O presente estudo faz uma análise das emendas orçamentárias e sua influência nas eleições para deputados federais no Estado de Sergipe, no período de 2011-2015. O objetivo do trabalho é verificar se a execução das emendas orçamentárias para os Municípios exerce influência na votação de cada parlamentar permitindo a sua reeleição. Para possibilitar a pesquisa, foram analisadas as emendas orçamentárias destinadas e executadas de autoria de seis parlamentares do Estado de Sergipe, e a votação obtida por cada parlamentar em cada um dos municípios onde houve destinação de emendas. O texto inicia com uma breve apresentação das teorias sobre organização e comportamento legislativo e o presidencialismo de coalizão, bem como faz uma análise do processo orçamentário. Após, apresenta os resultados da análise da relação entre execução de emendas orçamentárias e votação obtida nos municípios. Os resultados mostram que a execução de emendas orçamentárias exerce pouca influência na votação e consequente reeleição dos parlamentares, mas o fato de o parlamentar integrar o partido do prefeito pode influenciar a votação e ajudar na reeleição parlamentar.

Palavras-Chave: Câmara dos Deputados, emendas orçamentárias, execução orçamentária, orçamento público, reeleição parlamentar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1** – Percentual total de votos obtidos nos 6 municípios onde o Deputado André Moura teve as emendas executadas e nos 6 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município43
- FIGURA 2** – Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado André Moura integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito44
- FIGURA 3**– Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o deputado Fabio Reis integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito50
- FIGURA 4**– Percentual total de votos obtidos nos 8 municípios onde o Deputado Laercio Oliveira teve as emendas executadas e nos 8 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município59
- FIGURA 5**– Total de votos obtidos nos 8 municípios onde o Deputado Laercio Oliveira teve as emendas executadas e nos 8 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município.....59
- FIGURA 6**– Percentual total de votos obtidos nos 5 municípios onde o Deputado Valadares Filho teve as emendas executadas e nos 5 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município.....67
- FIGURA 7**– Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado Valadares Filho integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito69
- FIGURA 8**– Percentual total de votos obtidos nos 2 municípios onde o Deputado Márcio Macêdo teve as emendas executadas e nos 2 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município..... 78
- FIGURA 9**– Total de votos obtidos nos 2 municípios onde o Deputado Márcio Macêdo teve as emendas executadas e nos 2 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município..... 78
- FIGURA 10**- Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado Márcio Macêdo integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito.....80
- FIGURA 11**– Percentual total de votos obtidos nos 2 municípios onde o Deputado Mendonça Prado teve as emendas executadas e nos 2 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município 85
- FIGURA 12**– Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado Mendonça Prado integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito..... 86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Emendas individuais apresentadas pelo Dep. André Moura (PSC)	35
TABELA 2 – Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. André Moura (PSC)	40
TABELA 3 – Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. André Moura (PSC)	42
TABELA 4 – Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. André Moura (PSC)	44
TABELA 5 – Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Fabio Reis (PMDB)	47
TABELA 6 – Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Fabio Reis (PMDB)	49
TABELA 7 – Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Laercio Oliveira (SD)	53
TABELA 8 – Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Laercio Oliveira (SD)	56
TABELA 9 – Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. Laercio Oliveira (SD)	58
TABELA 10 – Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Valadares Filho (PSB)	62
TABELA 11 – Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Valadares Filho (PSB)	65
TABELA 12 – Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. Valadares Filho (PSB)	66
TABELA 13 – Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Valadares Filho (PSB)	68
TABELA 14 – Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Márcio Macêdo (PT)	71
TABELA 15 – Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Márcio Macêdo (PT)	76
TABELA 16 – Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. Márcio Macêdo (PT)	77
TABELA 17 – Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Márcio Macêdo (PT)	79
TABELA 18 – Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Mendonça Prado (DEM)	82

TABELA 19 – Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Mendonça Prado (DEM)	83
--	----

TABELA 20 – Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. Mendonça Prado (DEM)	84
--	----

TABELA 21 – Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Mendonça Prado (DEM)	86
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABREVIATURAS

Art. por artigo

Arts. por artigos

Cf. por confronto ou confira

Dep. por Deputado

Id por idem

Ibid por ibidem

Obs. por observação

Op. cit. por obra citada

P. por página

V. por ver

SIGLAS

CF – Constituição Federal

RICD – Regimento Interno da Câmara dos Deputados

RISF – Regimento Interno do Senado Federal

SÍMBOLOS

+ mais (sinal de adição)

= igual (sinal de igualdade)

§ parágrafo

Sumário

Resumo.....	7
Lista de ilustrações	8
Lista de tabelas.....	9
Lista de abreviaturas, siglas e símbolos	11
Sumário	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - Teorias de comportamento legislativo e sua aplicação no Brasil.....	15
1.1 Teorias de organização e comportamento legislativo	15
1.1.1 Teoria Distributivista.....	15
1.1.2 Teoria Informacional.....	16
1.1.3 Teoria Partidária.....	17
1.2 Sistema Político brasileiro: o Presidencialismo de Coalizão.	18
1.3 Funcionamento do Parlamento Brasileiro	20
1.4 Sistema Orçamentário Brasileiro	22
1.5 A Previsão Orçamentária na Constituição Federal de 1988.....	24
1.6 A Lei 4320/1964	24
1.7 Processo legislativo orçamentário	25
1.7.1 Emendas	26
1.7.2 Emendas parlamentares.....	26
1.7.3 Emendas coletivas	27
1.7.4 Emendas de relatoria	28
CAPÍTULO 2 - Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelos deputados federais do Estado de Sergipe na 54ª legislatura (2011-2015)	29
2.1 Descrição da metodologia utilizada	29
2.2 Análise dos Dados.....	32
2.2.1 Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. André Moura.....	34
2.2.2 Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Fabio Reis	46
2.2.3 Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Laercio Oliveira	51
2.2.4 Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Valadares Filho.....	60
2.2.5 Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Márcio Macêdo.....	70
2.2.6 Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Mendonça Prado	81
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	96
ANEXO I - Quadro 1- cedido por Argelina Cheibub Figueiredo.....	98
ANEXO II - Quadro 2 - cedido por Argelina Cheibub Figueiredo	99

INTRODUÇÃO

A presente monografia realiza uma análise das emendas orçamentárias e sua influência nas reeleições para deputados federais do Estado de Sergipe, na 54ª Legislatura, correspondente ao período de 2011-2015. Tem por objeto de estudo a relação orçamento – emenda parlamentar e a repercussão desse procedimento no processo eleitoral. O objetivo maior do trabalho é verificar se a execução das emendas orçamentárias exerce influência na reeleição dos parlamentares para o cargo de deputado federal. Logo, o problema de pesquisa é o seguinte: A execução das emendas orçamentárias tem influência na reeleição parlamentar?

Tal questão decorre do fato de que os municípios necessitam de recursos para atendimento dos direitos básicos previstos na Constituição, uma vez que não há arrecadação suficiente para atendimento dos gastos municipais.

Assim, o estudo considerou aspectos como pertencimento do parlamentar à base do governo como estratégia para a aprovação e a execução de suas emendas, gerando benefícios para municípios e prefeituras sergipanas, e consequentemente ganhando uma maior competitividade eleitoral. A hipótese de pesquisa é a seguinte: Os parlamentares conseguiram a execução de diversas emendas, o que foi determinante no processo eleitoral de 2014.

Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica, com consultas a livros, artigos na área da Ciência Política e do Direito, bem como consulta à legislação e sites da internet, e posterior sistematização do material coletado, por meio de resumos e fichamentos, bem como Análise do processo orçamentário e pesquisa nos Sistemas do Governo Federal e outros sites.

Para a verificação das emendas executadas, utilizou-se a página da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, constante do sítio da Câmara dos Deputados. Também foram realizadas pesquisas no sistema SIGA Brasil, que fornece informações sobre orçamento público; no SIAFI e outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta que fornece dados sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União. Quanto aos convênios, realizou-se pesquisa no SICONV, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

Além da verificação da execução da emenda, a pesquisa empírica envolveu o levantamento dos votos recebidos pelo parlamentar nos municípios em que houve destinação de emendas, considerando a execução e não execução, bem como o partido do prefeito do município e a coligação eleitoral construída por cada parlamentar, junto ao sítio do TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

Para o alcance dos objetivos estabelecidos e verificação da hipótese, o trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo, analisa-se a literatura norte-americana sobre o funcionamento das instituições, mais especificamente as teorias de organização e comportamento legislativo, considerando as teorias Distributivista, Informacional e Partidária. Em seguida, faz-se uma reflexão sobre o Sistema Político brasileiro e o Presidencialismo de Coalizão, bem como sobre o funcionamento do Parlamento Brasileiro. Após, avança-se na temática relativa ao Sistema Orçamentário Brasileiro, considerando os preceitos constitucionais relativos à previsão Orçamentária e ao processo legislativo orçamentário, além da Lei 4320/1964.

No segundo capítulo, dividido em três seções, decreve-se na primeira seção metodologia utilizada na pesquisa; na segunda seção, foram construídas tabelas com as estatísticas das emendas apresentadas e executadas por cada parlamentar; na terceira seção, foram realizadas as Análises dos dados coletados sobre a execução orçamentária dos deputados federais do Estado de Sergipe na 54ª Legislatura (2011-2015).

Por fim, após o exame das emendas orçamentárias apresentadas pelos seis parlamentares que se candidataram à reeleição pelo Estado de Sergipe, verificou-se que dos seis parlamentares que destinaram emendas, apenas cinco tiveram emendas executadas e somente quatro deles foram reeleitos.

CAPÍTULO 1

TEORIAS DE COMPORTAMENTO LEGISLATIVO E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

O presente capítulo tem por objetivo a Análise do comportamento do Poder Legislativo no sistema de governo presidencialista, associado à governabilidade, a partir de aliança política com o Poder Executivo, utilizando modelos de organização e comportamento legislativo norte-americano como instrumento para entendimento do comportamento de parlamentares e partidos políticos no modelo brasileiro.

1. 1. Teorias de organização e comportamento legislativo

Há três modelos teóricos, originados no âmbito da Ciência Política norte-americana, que orientam o estudo sobre a organização e o comportamento legislativo. A primeira é a distributivista. Para os autores identificados com essa corrente, os parlamentares orientados pela lógica eleitoral estarão interessados em aprovar políticas de caráter clientelista. A segunda é chamada de informacional. Para essa teoria, as instituições devem atender a necessidade do poder legislativo de decidir com base no maior número de informação disponível. A terceira teoria a ser tratada é a partidária. Esta chama a atenção para a importância dos partidos políticos como elementos estruturadores da atividade legislativa. (LIMONGI, 1994, p.4).

1.1.1. Teoria Distributivista

O modelo distributivista tem por fundamento o caráter motivador dos parlamentares que é a reeleição. Por isso, suas ações se voltam para políticas direcionadas à geração de benefícios para sua base eleitoral. No cálculo racional de suas ações, o parlamentar verifica a atuação de seus concorrentes e foca nos benefícios que lhe assegurem visibilidade e reconhecimento junto aos seus eleitores. A expressão é originária do modelo de Análise de Theodore Lowi (1964 apud LIMONGI, 1994, p.8) que considerava uma visão tripartite de políticas públicas: distributivas, redistributivas e regulatórias e que foi utilizado pelos institucionalistas como um modelo de Análise. (LIMONGI, 1994, p.8).

É possível perceber que esse modelo é marcadamente competitivo e que o sistema político funciona na lógica de mercado, cujos objetivos são trocas vantajosas. Contudo, quando se estuda o fenômeno do voto, é possível perceber a alta instabilidade, em que a geração de benefício não significa necessariamente a garantia do voto, pois existe o interveniente de tempo e da lealdade do eleitor (LIMONGI, 1994, p.9).

No Congresso norte-americano, os distributivistas utilizam as comissões para estruturarem suas ações legislativas, assegurando a estabilidade no oferecimento de políticas distributivas com a contrapartida do apoio político. Nessa lógica, é preciso considerar a distribuição dos parlamentares nas diversas comissões e a força dessas comissões no processo de tomada de decisões. Nesse preceito distributivista, percebe-se que o maior problema que os congressistas enfrentam é o de assegurar para seus eleitores ganhos distributivos e para si, desta forma, a reeleição. (LIMONGI, 1994, p. 9, 18).

1.1.2. Teoria Informacional

A teoria informacional é uma derivação do modelo distributivista e tem como um dos seus principais teóricos Keith Krehbiel, que em seus estudos sobre o Congresso norte-americano, elaborou diversas reflexões sobre os processos de troca e incentivos entre os legisladores (*gains from trade*). Em seus estudos, existem incentivos institucionais na especialização dos parlamentares, em que a *expertise* política aumenta as possibilidades de alcance dos objetivos na arena legislativa. (NASCIMENTO, 2012b, p.63)

A perspectiva informacional tem íntima relação com o modelo distributivista, pois o ponto de relevância é o debate teórico, com forte influência empírica. Nas duas teorias, a composição das comissões e seus poderes legislativos são relevantes. A teoria informacional possui dois postulados significativos: a organização legislativa tendo por foco a decisão majoritária e as incertezas dos resultados frente às políticas adotadas. No postulado majoritário, as escolhas são realizadas pela maioria dos membros que se manifestam na votação e na definição das regras e procedimentos dos trabalhos legislativos. (LIMONGI, 1994, p.19-20).

Na prática, o que se tem é uma divisão interna do trabalho visando à especialização e a qualificação dos debates, o que termina por qualificar a discussão em plenário. A compreensão desse modelo informacional se dá pelo grau de especialização manifesto na construção de políticas públicas substantivas (LIMONGI, 1994, p. 20).

No entanto, para Krehbiel (1991, p. 16, *apud* Limongi, 1994, p. 20) ao poder dado às Comissões pela maioria, há a possibilidade de pedido de retirada de matéria da comissão (*discharge procedure*). Limongi afirma que o poder das comissões advém justamente de seu controle sobre a agenda. O poder de fechar as portas é basicamente um poder desse tipo: a comissão define unilateralmente o que será ou não objeto de decisão, ou seja, de votação. (LIMONGI, 1994, p. 28).

Logo, existe previsão de requerimento para a apreciação pela maioria em plenário. No modelo informacional, a ênfase é a especialização técnica dos parlamentares membros das comissões, que no modelo norte-americano se dá pelo sistema de antiguidade (*seniority*), sendo que os presidentes das comissões e subcomissões são definidos pela antiguidade no partido majoritário.

O segundo postulado, o da incerteza quanto aos resultados das políticas, serve também para distinguir a perspectiva informacional da distributivista. Nesse sentido, os parlamentares sempre sabem com certeza quais os resultados das políticas praticadas por eles, o ponto de partida é o de que a informação é distribuída de maneira assimétrica entre os membros da Casa, isto é, alguns membros têm maiores conhecimentos que outros acerca dos efeitos das políticas em determinadas regiões. Assim, para as duas teorias, tanto a distributivista, quanto a informacional, o sistema de comissões é o eixo estruturador da atividade legislativa. As comissões são vistas em maior acordo com as análises históricas de sua evolução, como recursos da Casa para obter maior especialização de seus membros.

Como o resultado é a baixa rotatividade dos membros das comissões e subcomissões, isso produz uma perspectiva de carreira política. A antiguidade repercute na especialização, ao mesmo tempo em que desestimula a movimentação de parlamentares nas comissões. Portanto, é possível depreender que os modelos distributivista e informacional têm como essencialidade as atividades das comissões, elemento estruturante da ação parlamentar (LIMONGI, 1994, p. 24- 26).

1.1.3. Teoria Partidária

Ainda que bastante diversas, as versões distributivista e informacional guardam um ponto essencial em comum: o reconhecimento da centralidade das comissões, enquanto eixos estruturadores da atividade legislativa. (LIMONGI, 1994, p. 26).

No modelo partidário, as comissões e as ações parlamentares devem ter como referência os partidos, em que as regras partidárias devem se voltar para os interesses dos

partidos (*cartel theory*), sendo que o partido majoritário tem a prevalência. Na teoria partidária, as comissões são vistas como instrumentalização da ação partidária no processo legislativo e na produção de políticas públicas. (NASCIMENTO, 2012b, p. 63-64).

A teoria partidária ganha relevância com a ação dos líderes partidários junto às matérias oriundas das comissões, pois para que sejam incluídas na pauta de votação em plenário, precisam do aval do líder partidário (*leader*). Portanto, um líder pode não apoiar a inclusão na pauta de um projeto que não esteja nas preferências do partido. Na prática, o poder do líder é maior que o de uma comissão.

As versões citadas acima são oferecidas por seus autores em oposição umas às outras. Em especial, tanto a versão informacional como a partidária constroem-se em oposição direta à versão distributivista. (LIMONGI, 1994, p. 29).

1.2. SISTEMA POLITICO BRASILEIRO: O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO.

Abranches (1988, p. 26) entende que o Brasil tem um dilema institucional, pois precisa construir um desenho institucional para fazer frente a um cenário heterogêneo e assim buscar a eficiência necessária para a intervenção governamental na redução de diferenças no contexto social. Essa heterogeneidade decorre de um quadro multipartidário que exige alianças e coligações tanto na arena eleitoral como na arena política. O modelo presidencialista adotado pelo Brasil faz parte da minoria, quando comparado com os regimes liberais democráticos do pós-guerra, que em sua maioria são parlamentaristas. (ABRANCHES, 1988, p.19).

A lógica da coalizão é tão significativa que repercute em diversos momentos do jogo democrático, tendo início nas alianças eleitorais, a partir de um programa mínimo que agregue diversos partidos e assim assegure a vitória eleitoral, passando pela formação do governo, manifesta na ocupação de cargos vinculados aos compromissos assumidos quando da coligação eleitoral, até chegar à coalizão propriamente dita, que repercute na formação e gestão da agenda política nacional. (ABRANCHES, 1988, p.63).

O objetivo maior do presidencialismo de coalizão é a garantia da governabilidade, em que os partidos políticos, por meio de suas lideranças, se associam ao governo em um processo de barganha, formando coalizões partidárias que oferecem um desenho institucional com a combinação do sistema presidencialista e a representatividade proporcional, decorrente de um processo eleitoral de lista aberta e de grande fragmentação partidária. Para assegurar a

governabilidade, o chefe do Executivo busca o apoio dos partidos no Congresso Nacional para viabilização da agenda política, a partir da distribuição de cargos na estrutura estatal e aprovação de emendas partidárias. (SANTOS, 2002, p.245)

Assim, o apoio partidário é fundamental para a governabilidade. Limongi (2006, p.40) ressalta que “[...] Coalizões obedecem e são regidas pelo princípio partidário”. Nessa lógica, os líderes partidários agem na arena legislativa como representantes de seus partidos e legitimados pelas prerrogativas institucionais definidas no texto constitucional e no regimento interno das casas legislativas, com possibilidades de nomeação e destituição de membros de comissões no parlamento, relatoria de projetos, inclusão e retirada de projetos da pauta, estabelecimento de tramitação de urgência, e orientação do voto de sua bancada; tramitação em caráter de urgência de proposições, orientação do voto de sua bancada no plenário, e negociação de demandas dos membros de sua bancada junto ao Poder Executivo.

Pereira e Mueller, em seu estudo, explicitam que o relacionamento das lideranças partidárias é realizado por meio de políticas distributivas, a partir de cargos no Poder Executivo, visando a cooptação de parlamentares para os interesses governamentais, em outras palavras, recursos políticos e financeiros ofertados pelo Poder Executivo, com repercussão nas bases eleitorais visando à competição eleitoral. Logo, a escolha é racional, com a realização de cálculos pelo parlamentar numa relação de custos e benefícios, como cargos em comissões, em ministérios, cargos para cabos eleitorais, dotações orçamentárias e concessões de canal de rádio e televisão. Portanto, de acordo com os autores o comportamento dos parlamentares no Congresso Nacional é racional, o que justifica a coesão e a disciplina na votação orientada pelos líderes partidários, numa combinação de incentivos individuais e partidários. (PEREIRA; MUELLER, 2003, p.737)

A coalizão partidária decorre da combinação entre regras internas no Congresso e os poderes do presidente, o que gera os incentivos. Existe, nas regras congressuais, o estímulo da atuação parlamentar tanto de forma partidária, como individual, o que amplia sua competitividade eleitoral.

Figueiredo e Limongi (2001, p. 20) ressaltam que o Poder Executivo exerce a centralidade no funcionamento do sistema político, na governabilidade, e que se vincula diretamente às regras de funcionamento interno do Congresso Nacional, com a edição de medidas provisórias e o pedido de urgência das proposições de sua autoria, bem como a atuação das lideranças partidárias no processo decisório.

O sistema de votações permite o encaminhamento da votação pelos líderes que orientam os votos da bancada. Portanto, como bem destacam Limongi e Figueiredo (2005),

tem-se um posicionamento partidário que repercute na bancada, por meio do encaminhamento do voto favorável (sim) ou desfavorável (não). Também se tem a obstrução, com a retirada da bancada do plenário, evitando assim o quórum regimental (constitucional) para a deliberação.

Essas estratégias oferecem alta disciplina dos parlamentares no momento da decisão em plenário, gerando assim um alto grau de previsibilidade e grande consistência e estruturação ideológica (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 54).

Para Limongi e Figueiredo (2005), os partidos têm grande coesão pelo modelo de encaminhamento das votações via líderes, com padrões de coalizões partidárias ideologicamente fortes. Essa força repercute na ação política em plenário e na designação de membros das comissões, especificamente na Comissão de Finanças e Tributação, que verifica a adequação financeira e orçamentária das proposições, e na Comissão de Constituição e Justiça e de cidadania, que analisa a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa. As duas comissões aprovam parecer terminativo e, se negativo, pode levar ao arquivamento da matéria, caso não haja recurso, conforme dispõe o art. 54, II c/c o art. 144, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, 2015.p.67).

Assim, ao escolherem os presidentes e membros das comissões, os líderes partidários consideram a questão da fidelidade e da especialização do parlamentar. Seria, portanto, uma perspectiva partidária e informacional (SANTOS, 2002, p. 247). Logo, quanto mais fiel o parlamentar for junto ao partido, maiores são as chances de se tornar membro de uma comissão.

1.3. FUNCIONAMENTO DO PARLAMENTO BRASILEIRO

No modelo democrático representativo, comumente o Poder Legislativo é constituído por órgãos coletivos que representam o povo e tomam as principais decisões. Como ressalta Montesquieu em sua obra o *Espírito das Leis* (Livro XI, cap. VI): “Num Estado livre, o homem que se reputa ter uma alma livre, deve ser governado por si próprio (...). Mas como isso é impossível nos grandes Estados, (...) é preciso que o povo faça por seus representantes”. (FERREIRA FILHO, 2012a, p.790)

No caso brasileiro, a Constituição estabelece que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (CF, art. 44), consagrando um sistema bicameral. Na Constituição de 1824, o Poder Legislativo era constituído por uma Assembleia Geral, composta por uma Câmara de Deputados e pela Câmara de Senadores ou Senado, formado por membros vitalícios, que exerciam o papel de

moderadores. Assim, tinha-se o bicameralismo sistemático. (FERREIRA FILHO, 2012a, p.796)

Na Constituição de 1891, o Legislativo era representado pelo Congresso Nacional, com uma Câmara baixa, a Câmara dos Deputados, que representava o povo e uma alta, o Senado, representando os Estados federados. Portanto, um bicameralismo federal, modelo seguido em 1934 e em 1937. No entanto, o Senado atuava como um mero colaborador na coordenação entre os poderes e seus representantes eram escolhidos pelo Presidente. Na Constituição de 1946 houve o retorno ao modelo de 1891, que foi mantido pela Constituição de 1967 e pela Constituição de 1988, com a previsão de que determinados atos fossem realizados em sessão conjunta, como é o caso da abertura da sessão legislativa, da elaboração do regimento comum e da regulação na criação dos serviços comuns às duas Casas; do recebimento do compromisso do Presidente e da Vice-Presidente da República; e do conhecimento do veto e sua deliberação, conforme preceituam os incisos I, II, III e IV do § 3º do art. 57 da CF; e a discussão e a votação do orçamento (art. 166) etc. (FERREIRA FILHO, 2012a, p.796).

Como forma de assegurar a independência das Câmaras, elas são dirigidas por seus membros, eleitos livremente, preceito esse previsto no texto constitucional (art. 57, § 4º, da CF), composta de um presidente e com um quantitativo de cargos que entender ser conveniente, e as sessões conjuntas presididas pelo presidente do Senado, e os demais cargos a serem exercidos pelos ocupantes dos mesmos cargos na mesa da Câmara e do Senado, de forma alternada (art. 57, § 5º, da CF, 1988).

Internamente, a Câmara se organiza em comissões permanentes para exame de matérias numa perspectiva de especialização. Existe assim a Comissão de Justiça, a de Finanças, etc. Também existem comissões especiais (temporárias), que possuem um objetivo específico, e que são dissolvidas após cumprir sua finalidade ou por decurso do prazo. Em todas as comissões, permanentes ou não, a regra é a proporcionalidade. O texto constitucional delega às comissões a deliberação sobre projeto de lei, dispensando a competência do Plenário, que é conhecida como delegação *interna corporis* (art. 58, § 2º, I, da CF, 1988). (FERREIRA, 2012a, p.807)

Há ainda a previsão de uma comissão representativa do Congresso Nacional, que funciona nos períodos de recesso, com atribuições contidas no Regimento Comum, cuja composição obedece à proporcionalidade da representação partidária (art. 58, § 4º).

1.4. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

O orçamento público caracteriza-se por possuir aspectos diversos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo, entre outros. Seu entendimento sofreu significativas mudanças ao longo do tempo, em decorrência da evolução de suas funções. Atualmente, é o instrumento governamental que estabelece a previsão das despesas e das receitas e que, portanto, discrimina os recursos e os encargos do Estado para um determinado período. Estruturalmente, o orçamento pode ser compreendido como um conjunto sistematizado de informações financeiras com estimativa de receita e de despesas das diversas unidades do governo. Portanto, tem uma natureza de previsibilidade com foco nas ações e nas metas futuras da gestão governamental. (GIACOMONI, 2008b, p.54).

Esse ciclo orçamentário se inicia com o estabelecimento de metas e de diretrizes via Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que oferecem os subsídios para que o Poder Executivo elabore o Projeto de Lei Orçamentária Anual – (PLOA). É importante ressaltar que os três projetos podem emendados no âmbito do Congresso Nacional, “conforme disposto no art. 48, II c/c o art. 165, §§ 2º, 3º e 4º, da Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

No caso específico do Plano Plurianual, o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal estabelece que a lei que instituir o plano plurianual deve estabelecer, por região, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, associando as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para os programas de duração continuada. (BRASIL, 1988)

Portanto, o PPA é o planejamento de médio prazo, 4 anos, realizado pela Administração Pública e sua finalidade é o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas regionalizadas para as despesas de capital e programas de duração continuada, ou seja, as dotações para o planejamento e a execução de obras; as inversões financeiras para a compra de imóveis ou de bens de capital e as transferências de capital para a amortização da dívida pública, conforme prevê o art. 12, §§ 4º, 5º e 6º da Lei nº 4.320/64. (BRASIL, 1964).

É nesse momento da construção do orçamento que se define a diretriz para planejamento conjuntural que repercute sobre as políticas públicas do governo, com o estabelecimento de metas e de ações que são transformados em planos e programas.

Cabe ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a elaboração do PLOA, que reúne as perspectivas de planejamento dos diversos ministérios, das entidades da

administração indireta e indireta. O exercício financeiro começa em 1º de janeiro e tem seu fechamento em 31 de dezembro de cada ano.

É importante destacar que mesmo após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias não existia garantia de que o que foi definido pelos participantes das plenárias do orçamento participativo seria implementado, tendo em vista que o orçamento público era autorizativo e não impositivo. Sendo assim, a autorização da despesa está relacionada ao seu objeto predeterminado, garantindo o resultado de suas estimativas no contexto orçamentário. Cabe ao gestor público assumir a responsabilidade pela execução das programações contempladas nas leis orçamentárias, mas ele pode não executar em virtude do princípio da discricionariedade do Poder Executivo, entendimento este fundamentado na Constituição Federal de 1988.

Essa Sistemática mudou a partir de 2015 com a aprovação do denominado Orçamento impositivo. Trata-se da Emenda constitucional 86, de 17 de março de 2015, que alterou também o artigo 198 da Constituição Federal de 1988, ao definir 15% de vinculação de recursos da União para os programas e ações de saúde. Portanto, obrigou o Executivo a liberar até 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior para as emendas parlamentares, sendo que, desse total, 50% (portanto, 0,6%) devem ser aplicados na área de saúde. Assim, Tem-se o caráter impositivo do orçamento. O interessante é que a norma aprovada traz a obrigatoriedade apenas no cumprimento de emendas parlamentares e não do orçamento como um todo.

Apesar de tímida, a reforma já traz repercussões significativas nas relações político-partidárias, pois libera o Poder Legislativo do comando do Poder Executivo quanto à destinação de recursos orçamentários. No entanto, tal temática tangencia o objetivo proposto pelo presente trabalho e não será objeto de Análise neste estudo.

Segundo Pereira e Mueller (2003, p. 267), a execução das emendas individuais é um dos instrumentos que o Executivo utiliza para estabelecer um processo de barganha com sua coalizão no legislativo. Logo, o processo de construção do orçamento pelo Executivo oferece uma “moeda política” de troca por apoio político da sua coalizão no legislativo.

Para Figueiredo e Limongi (2001, p.20), as emendas são “moedas de troca” e nesse fato está subjacente o uso de políticas distributivistas que aumentam substancialmente a possibilidade de reeleição. A distribuição dos recursos orçamentários envolve a participação

dos partidos da base de apoio ao governo e são estabelecidas em conformidade com as prioridades do Executivo.

Na prática, o que se percebe é que a aprovação e a distribuição dos recursos são uniformes e o conflito de interesses entre os parlamentares da base e da oposição são manifestos no momento da execução das dotações. Portanto, o Executivo tem poder real de premiar individualmente os parlamentares que votam a seu favor e de punir aqueles que votam contra os seus interesses. Para Limongi e Figueiredo,

[...] A noção de que o apoio legislativo é trocado pela liberação das verbas orçamentárias parte do princípio de que os parlamentares e o Executivo têm, necessariamente, agendas conflitantes. Nesse caso específico, as emendas individuais atenderiam apenas e tão-somente aos interesses dos deputados, e o Executivo liberaria recursos para executá-las somente sob pressão. Parlamentares, de sua parte, só apoiariam o Executivo se recebessem algo em troca. (2005, p. 757)

1.5 A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O texto constitucional de 1988 estabelece que as diretrizes da organização orçamentária e das normas de gestão financeiras, sejam disciplinadas por lei complementar. Também define que os Estados e o Distrito Federal possam legislar concorrentemente com a União sobre o tema, limitando-se a União a estabelecer normas gerais. No entanto, tem sido a Lei 4.320/64 que tem definido as normas gerais e diretrizes para a elaboração e o controle orçamentário para União, Estados, Municípios e Distrito Federal. No ano de 1990, o orçamento passou por alterações em sua classificação da despesa e natureza do gasto, mas que não foram significativas. (GIACOMONI, 2008b, p.49).

Portanto, tanto o texto constitucional como as alterações nas normas orçamentárias reforçaram a associação de planejamento com o orçamento, inclusive com a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais que norteiam a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, e o processo de emendas orçamentárias dos parlamentares. (GIACOMONI, 2008b, p.53).

1.6. A LEI 4320/1964

A Lei nº 4.320/64 consolidou e padronizou procedimentos orçamentários nos diversos níveis governamentais, inclusive com o estabelecimento de critérios na classificação da despesa que prestigiou tanto a economicidade como a funcionalidade. (GIACOMONI, 2008b, p.51). Portanto, é tida como uma peça orçamentária, que de acordo com o seu artigo

2º, discrimina receita e despesa e evidencia a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, em conformidade com os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

O orçamento dividiu os programas e subprogramas em projetos e atividades, em que o planejamento é fundado em princípios orientados para as atividades da administração federal. O Orçamento-programa anual é um dos instrumentos básicos, juntamente com “o Plano Geral de Governo, dos Programas Gerais, Setoriais e Regionais, de duração plurianual e da Programação Financeira de Desembolso”. A Lei nº 4.320/64 estabelece que as Receitas e as Despesas de Capital devem projetar trienalmente, portanto, dois exercícios, bem como o orçamento anual. Essa exigência aplicada aos orçamentos plurianuais tanto na Constituição de 1967 como na Emenda Constitucional nº 1/69, sendo estendido por meio de lei complementar para Estados e Municípios. (GIACOMONI, 2008b, p. 52).

1.7. PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

A Constituição Federal de 1988 restabeleceu a capacidade legislativa de emendar o projeto de lei orçamentária anual, particularmente com relação ao aumento ou à criação de novas despesas. Dispõe o § 3º do art. 166: “Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum”.

No que concerne a emendas modificativas ao projeto de lei do orçamento anual, precisam ter compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, bem como a indicação dos recursos necessários, sendo admitidos recursos oriundos de despesas anuladas ou excluídas. A exceção é para as dotações decorrentes de dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou que tenham vínculos com correções de erros ou omissões.

Como bem destaca Giacomoni (2008b, p. 270) o constituinte cuidou para que ao propor emendas de despesa fossem indicados os recursos para sua viabilização, e que somente com a anulação de dotações as emendas seriam viabilizadas, sendo que não se podem anular dotações vinculadas a gastos com pessoal, encargos, serviços da dívida e transferência intergovernamentais.

1.7.1. EMENDAS

Ao projeto de lei orçamentária anual, cabe a apresentação de três tipos de emendas: as de texto, que possibilitam a alteração do texto, quadro, e tabelas do projeto de lei; de receita e permite a alteração da estimativa da receita, inclusive a receita estimada decorrente da aprovação de projeto de lei e as emendas de despesa, com acréscimo no valor das dotações do projeto de lei com cancelamento de dotações ou inclusão de novas programações no projeto de lei. (GIACOMONI, 2008b, p. 270)

Existe a possibilidade de apresentação de emenda com propositura de renúncia de receita, por meio de projeto de lei de iniciativa do Congresso Nacional, em tramitação em qualquer das suas Casas. Nos casos de alteração de estimativa da receita é necessária a indicação dos recursos compensatórios decorrentes de anulação de despesas ou de acréscimo de outra receita. (GIACOMONI, 2008b, p.280).

Segundo Giacomoni, são três as modalidades de emendas à despesa: remanejamento com propositura de acréscimo e inclusão de dotações e como fonte exclusiva de recursos, excetuando a Reserva de Contingência. É necessário ressaltar que para se realizar o remanejamento, é imprescindível a anulação das dotações indicadas na emenda e a compatibilização de recursos e de outras dotações, apropriação que trata do acréscimo ou inclusão de dotações e ocorre de maneira simultânea com a fonte de recursos e sua anulação envolve a Reserva de Recursos e outras dotações; e, por fim, o cancelamento, que é a redução das dotações contidas no projeto de lei orçamentária (GIACOMONI, 2008b, p.280).

1.7.2. EMENDAS PARLAMENTARES

O Art. 49 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional estabelece que “Cada parlamentar poderá apresentar até 25 (vinte e cinco) emendas ao projeto, cabendo ao Parecer Preliminar fixar o valor total do conjunto das emendas a serem apresentadas, por mandato parlamentar, nos termos do art. 52, II, i.”.

A emenda é o objeto pelo qual os membros do Poder Legislativo atuam sobre o projeto de lei orçamentária anual (PLOA), apresentado pelo Executivo até 31 de agosto de cada ano, acrescentando, suprimindo ou modificando itens.

Nos termos do art. 37 da citada Resolução, há três tipos de emendas aos projetos da LOA no que afeta à despesa. (BRASIL, 2006).

1- Emenda de Apropriação – é a que propõe acréscimo ou inclusão de dotação e, simultaneamente, como fonte de recursos, a anulação equivalente de recursos integrantes da Reserva de Recursos a que se refere o art. 56, e outras dotações, definidas no Parecer Preliminar

2- Emenda de Remanejamento - é a que propõe acréscimo ou inclusão de dotações e, simultaneamente, como fonte exclusiva de recursos, a anulação equivalente de dotações constantes do projeto de lei, exceto as da Reserva de Contingência; e

3- Emenda de Cancelamento – é a que propõe, exclusivamente, a redução de dotações constantes do projeto

As disposições quanto às emendas também são aplicadas aos projetos do PPA, da LDO e de créditos adicionais, no que couber, diferenciando apenas nos quantitativos: ao anexo de metas e prioridades da LDO, sendo que cada comissão permanente poderá ter até cinco emendas tanto do Senado Federal como da Câmara dos Deputados; também se tem a previsão de até cinco emendas para cada bancada estadual no Congresso Nacional; e de até cinco emendas por parlamentar. Por fim, cinco emendas para o projeto de lei do PPA e até cinco emendas para cada uma das comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; bem como cinco emendas para cada bancada estadual no Congresso Nacional; e até dez emendas por parlamentar; Quanto aos projetos de lei de créditos adicionais, podem ter até dez emendas por parlamentar. (GIACOMONI, 2008b, p. 280).

1.7.3. EMENDAS COLETIVAS

As comissões permanentes podem apresentar até quatro emendas, sendo duas de *apropriação* e duas de *remanejamento*, para as comissões cuja competência esteja restrita a uma única subárea temática. De acordo com o art. 44 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional:

Art. 44. As emendas de Comissão deverão:

.....
§ 1º Poderão ser apresentadas:

I até 4 (quatro) emendas, sendo 2 (duas) de apropriação e 2 (duas) de remanejamento, para as comissões cuja competência esteja restrita a uma única subárea temática, conforme definido no § 1º do art. 26 desta Resolução, e observados os quantitativos constantes do Anexo a esta Resolução;

II até 8 (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento, para aquelas cuja competência abranja mais de uma subárea temática, observados os quantitativos constantes do Anexo a esta Resolução.

§ 2º As Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados poderão apresentar emendas, sendo até 4 (quatro) de apropriação e até 4 (quatro) de remanejamento.

Quanto às emendas do interesse de Estado ou Distrito Federal, os arts. 46 e 47 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional estabelecem que as Bancadas Estaduais no Congresso Nacional podem propor emendas ao projeto, em matérias relacionadas aos interesses do Estado ou do Distrito Federal.

As emendas devem ser apresentadas com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação, e com a aprovação de 3/4 (três quartos) dos Deputados e 2/3 (dois terços) dos Senadores do Estado solicitante. É preciso que se tenha a identificação, sendo vedada a designação genérica de programação, de maneira a não contemplar outras obras, ou transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada.

De acordo com o § 2º, do art. 47 da resolução nº 1, de 2006-CN, no que toca aos projetos já incluídos na lei orçamentária anual, decorrentes da aprovação de emendas das bancadas estaduais (essas emendas se referem a obras ou serviços de longa duração, ou seja, com mais de um ano de duração), uma vez iniciados esses projetos, torna-se necessária a aprovação de novas emendas a cada ano para permitir a execução completa dessa obra ou serviço. No entanto, essas emendas precisam ser apresentadas, obrigatoriamente, pela mesma bancada estadual até a conclusão da obra ou serviço, exceto se esses projetos já constarem do projeto de lei orçamentária; ou se a execução física não tiver alcançado 20 % (vinte por cento) do total da obra; ou houver comprovado impedimento legal à continuidade da obra; ou, por fim, se houver decisão em contrário da unanimidade da bancada. (BRASIL, 2006).

1.7.4. EMENDAS DE RELATORIA

No caso das emendas de relatoria, podem ser apresentadas a programação da despesa que visem a correção de erros e omissões de ordem técnica ou legal; recomposição total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada à recomposição do montante originalmente proposto no projeto; e atendimento às especificações dos pareceres preliminares. (GIACOMONI, 2008b, p.282).

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DAS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS APRESENTADAS PELOS DEPUTADOS FEDERAIS DO ESTADO DE SERGIPE NA 54ª LEGISLATURA (2011-2015)

2.1. Descrição da metodologia utilizada:

O presente estudo mapeou os municípios sergipanos no que tange aos aspectos eleitorais e orçamentários, por meio de uma Análise político-orçamentária em que procuramos verificar se a destinação e a consequente execução de emendas parlamentares exerceu alguma influência na reeleição dos deputados federais daquele Estado. A hipótese é de que a destinação de emendas orçamentárias para determinado município e a consequente execução tem influência na reeleição do parlamentar.

Ante o exposto, surge a necessidade de aprofundar o estudo sobre a influência na reeleição, haja vista que as destinações ocorriam quase que rotineiras para determinados municípios onde o parlamentar possuía o apoio de prefeitos do mesmo partido ou até mesmo da oposição, sendo os recursos destinados sem identificação de critérios. A pesquisa se limitou ao Estado de Sergipe pelo fato de eu ser servidora da Câmara dos Deputados e trabalhar com o acompanhamento de emendas orçamentárias daquele Estado.

A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica, cujo objeto de estudo foram: livros, artigos na área da Ciência Política e do Direito, bem como consulta à legislação e sites da internet, procedendo-se à sistematização do material coletado, por meio de resumos e fichamentos, bem como a análise do processo orçamentário e pesquisa nos Sistemas do Governo Federal e outros sites.

Embora o trabalho se refira à 54ª Legislatura, a pesquisa foi feita até 31 de dezembro de 2014, visto que as emendas destinadas e não pagas no mesmo exercício financeiro passam a ser chamadas de “restos a pagar”, cujo pagamento pode se dar em até 5 anos, conforme sua execução.

Para possibilitar o presente estudo, foram realizadas pesquisas nos seguintes sítios:

1- Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização – CMO¹

Para a verificação das emendas executadas, utilizou-se o site da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, constante do sítio da Câmara dos Deputados, utilizando-se os seguintes argumentos de pesquisa: atividade legislativa > comissões > comissões Mistas > LOA do ano vigente > escolher a LOA do ano da pesquisa > Consulta e relatórios da Execução (FISCALIZE, BANCO ACCESS P/DOWNLOND) > Executar > executar > extrair > Esta salvo – na unidade C:/ como OR2011, ou outro ano baixado. Depois escolher a Lei Orçamentária do ano desejado para a pesquisa; com a geração de Relatórios de Emendas > Despesas por: Autor/Emenda/UO.

2- Siga Brasil²

O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta. Use os links à direita para acessar o sistema mediante acesso livre ou especialista.³

Para a verificação das emendas executadas, o acesso poderá ser livre, conforme campo “Acesso Livre” > na opção “6. Emendas-Orçamento” > seleciona o ano desejado (ano atual ou outros) > na opção “Execução” seleciona-se a identificação por autor e assim é possível verificar quais ações foram empenhadas e executadas.

3- Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI⁴

O SIAFI é um sistema informatizado que processa e controla, por meio de terminais instalados em todo o território nacional, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União.

O sistema pode ser utilizado pelas Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais apenas para receberem, pela Conta Única do Governo Federal, suas receitas (taxas

¹ Disponível em > <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 6.04.2015

² Disponível em > <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrazil>. Acesso em 6. 3. 2015.

³ Disponível em > <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrazil>. Acesso em 21.05.2015

⁴ Disponível em > <https://acesso.serpro.gov.br/HOD10/jsp/logonID.jsp>. Acesso em 8.03.2015

de água, energia elétrica, telefone, etc.) dos Órgãos que utilizam o sistema. Entidades de caráter privado também podem utilizar o SIAFI, desde que autorizadas pela STN. No entanto, essa utilização depende da celebração de convênio ou assinatura de termo de cooperação técnica entre os interessados e a STN, que é o órgão gestor do SIAFI.

Muitos são as facilidades que o SIAFI oferece a toda Administração Pública que dele faz uso, mas podemos dizer que essas facilidades foram desenvolvidas para registrar as informações pertinentes às três tarefas básicas da gestão pública federal dos recursos arrecadados legalmente da sociedade: - Execução Orçamentária,- Execução Financeira,- Programação Financeira.- Balanço Geral da União.⁵

Para acessar o sistema é preciso ser cadastrado e após, o acesso deverá seguir os passos abaixo:

Acessa o SIAFI > identificar-se com Código (CPF) e utilizar senha > na barra de comando utiliza-se de atalhos utilizando sinal de maior (>) > Consulta a Nota de Empenho coloca-se > CONNE > CNPJ do favorecido, identifica-se os empenhos destinados aos beneficiários > detalha-se o empenho apurado, para identificar de quem é o empenho, por meio do código do parlamentar ou da descrição do mesmo.

Para identificar o pagamento, pode-se verificar na consulta do convênio/contrato de repasse pelo atalho >CONTVREDUZ (Consulta da Transferência Voluntária - TV cadastro Reduzido)>coloca o numero do convênio> identifica a situação do convenio (pago não pago).

Nos empenhos que não forem identificados com número de TV, poderão ser pesquisadas as ordens bancárias - OB emitidas aos favorecidos e confrontá-las com o empenho emitido/encontrado, pelo atalho > CONOB > CNPJ do favorecido, identifica-se se os pagamentos são destinados aos beneficiários.

4- Portal dos Convênios- SICONV⁶

SICONV é o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse. O SICONV, bem como o Portal de Convênios⁷, foram legalmente instituídos pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e

⁵ Disponível em > <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/principais-atribuicoes>. Acesso em 06/02/2015

⁶ Disponível em > <https://www.convenios.gov.br/portal/>. Acesso em 13.03.2015

⁷ Disponível em > <https://portal.convenios.gov.br/pagina-inicial>. Acesso em 20.03.2015

contratos de repasse. Esse decreto determina que a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios sejam registrados no SICONV.⁸

Para acesso ao sistema, deverá seguir os passos seguintes: Acessar portal do SICONV > o acesso pode ser Livre (por meio do campo/modulo “Acesso Livre”) ou utilizar-se de senha > (CPF) e Senha > na aba principal escolhe a opção execução > consulta pré-convênio/convênio > coloca o número do convênio > mostrará a situação do convênio transferência (Proposta/Plano de Trabalho; Nota de Empenho; Ordem Bancária e todos os campos relativos à Execução).

5- Tribunal Superior Eleitoral-TSE⁹

Além da verificação da execução da emenda, a pesquisa empírica envolveu o levantamento dos votos recebidos pelo parlamentar nos municípios em que houve destinação de emendas, considerando a execução e não execução, bem como o partido do prefeito do município e a coligação eleitoral construída por cada parlamentar, conforme passos seguintes:

No site do TSE > na aba eleições > eleições 2014 > estatísticas > estatística de resultado > resultados > resultados eleição > escolher abrangência > Unidade federativa > Turno > eleições > eleito/não eleito > cargo > nome parlamentar.

Para verificar o partido do prefeito, os seguintes passos são necessários: no site do TSE > aba eleições > eleições anteriores; eleição 2010; estatística de resultado > votação por município > turno > Unidade federativa > situação > cargo.

2.2. Análise dos Dados

Destaca-se que foram utilizados dois quadros, constantes dos anexos I e II, cedidos pela Professora e Cientista Política Argelina Cheibub Figueiredo, para verificação das coalizões ocorridas no período tratado neste estudo, para um possível confronto com os partidos dos deputados federais no resultado final das eleições do Estado de Sergipe.

No intuito de compilar todos os dados referentes às emendas orçamentárias e aos votos recebidos pelo parlamentar nos municípios, construiu-se tabela única, sendo desconsideradas

⁸Disponível em > <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/financiamento/siconv>. Acesso em 27.03.2015.

⁹ Disponível em > <http://www.tse.jus.br>. Acesso em 10.02.2015

as emendas destinadas à execução fundo a fundo¹⁰, tendo em vista não apresentar clareza quanto à execução e ao destinatário da emenda.

A tabela contém os seguintes dados:

- **Ano:** ano referente ao empenho encontrado
- **Valores:** valor total empenhado
- **Município:** nome do município beneficiado com a destinação da emenda
- **Área de destinação:** refere-se ao órgão concedente dos recursos orçamentários, onde o parlamentar destinou a emenda
- **A emenda foi executada?** refere-se à confirmação do pagamento total da emenda, sendo **SIM** para pagamento total e **NÃO** para empenho não pago em sua totalidade; quando o pagamento for parcial, identifica-se o valor (R\$0,00)
- **O Deputado (Dep.) integra o mesmo partido do Prefeito? SIM ou NÃO**
- **O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República? SIM ou NÃO**
- **Número de votos no Município:** após busca no TSE, registra-se o número de votos (nominais) do parlamentar naquele município, onde se identificou o empenho
- **O deputado foi reeleito?** Esta coluna é essencial para verificar se a execução das emendas tem influência na reeleição dos deputados federais.
 - **Próprios votos:** registra-se **SIM** quando o parlamentar não utiliza os votos da legenda, sendo eleito com os votos nominais e **NÃO** quando é eleito pela coligação.
 - **Quociente Eleitoral:** registra-se **SIM** quando o parlamentar é eleito pela coligação e **NÃO** quando não é eleito pelos votos nominais.

As Análises foram feitas individualmente, tendo por objeto de Análise seis deputados federais que se candidataram à reeleição nas eleições de 2014. Quatro deputados foram reeleitos: os deputados André Moura (PSC), Fábio Reis (PMDB), Laércio de Oliveira (PR) e

¹⁰Disponível em ><http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/financiamento/prestacao-de-contas/repassa-fundo-a-fundo>:

O repasse é realizado na modalidade Fundo a Fundo (Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos de Assistência Social municipais, estaduais e do DF), de acordo com os níveis de gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social (Inicial, Básica e Plena).

Valadares Filho (PSB). Dois não foram reeleitos: os deputados Márcio Macedo (PT) e Mendonça Prado (DEM).

2.2.1. Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. André Moura

O Deputado Federal André Moura, do Partido Social Cristão (PSC), está no seu segundo mandato, tendo assumido o primeiro em 01.02.2011 (54ª legislatura - 2011-2015). O segundo se iniciou em 01/02/2015 (55ª Legislatura - 2015-2019). Dentre todas as atividades legislativas desenvolvidas na 54ª Legislatura, o parlamentar foi também titular da Comissão de Constituição e Justiça e de cidadania (CCJC) e Líder do PSC.

A tabela 1 detalha os empenhos que foram feitos no período de 2011 a 2014, bem como a área de sua destinação, mostrando também os pagamentos realizados no mesmo período citado, assim como o número de votos obtidos em cada município.

	Deputado ANDRÉ MOURA (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2013	R\$ 682.500,00	Feira Nova	ESPORTE	NÃO	NÃO	NÃO	1.250		
2013	R\$ 243.750,00	Feira Nova	TURISMO	NÃO	NÃO	NÃO			
2014	R\$ 344.750,00	Feira Nova	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	386		
2012	R\$ 536.250,00	Frei Paulo	ESPORTE	NÃO	NÃO	NÃO			
								Sim	
2014	R\$ 243.750,00	General Maynard	TURISMO	NÃO	NÃO	NÃO	278		
2012	R\$ 243.750,00	Graccho Cardoso	AGRICULTURA	NÃO	NÃO	NÃO	665		
2013	R\$ 493.100,00	Ilha das Flores	CIDADES	NÃO	SIM	NÃO	1.262		
2014	R\$ 394.200,00	Ilha das Flores	CIDADES	NÃO	SIM	NÃO			
2014	R\$ 341.250,00	Ilha das Flores	TURISMO	NÃO	SIM	NÃO			
2012	R\$ 690.900,00	Itaporanga D' Ajuda	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	292		
2013	R\$ 987.600,00	Laranjeiras	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	425		

	Deputado ANDRÉ MOURA (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
2013	R\$ 585.000,00	Pacatuba	AGRICULTURA	NÃO	SIM	NÃO	1.656		
2013	R\$ 390.000,00	Pacatuba	TURISMO	NÃO	SIM	NÃO			
2014	R\$ 394.200,00	Pacatuba	CIDADES	NÃO	SIM	NÃO			
2014	R\$ 245.850,00	Pedra Mole	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	659		Sim
2012	R\$ 295.300,00	Pedrinhas	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	645		
2012	R\$ 562.330,00	Pirambu	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	1.109		
2013	R\$ 394.200,00	Riachuelo	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	456		
2014	R\$ 245.850,00	Riachuelo	CIDADES	Não	NÃO	NÃO			
2014	R\$ 245.850,00	Rosário do Catete	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	633		
2012	R\$ 195.000,00	São Miguel do Aleixo	AGRICULTURA	SIM	NÃO	NÃO	660		

	Deputado ANDRÉ MOURA (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								4.594	
2013	R\$ 341.250,00	Simão Dias	TURISMO	NÃO	SIM	NÃO			
2013	R\$ 243.750,00	Simão Dias	TURISMO	NÃO	SIM	NÃO			
2014	R\$ 136.500,00	Simão Dias	ESPORTES	NÃO	SIM	NÃO			
2014	R\$ 585.000,00	Simão Dias	TURISMO	NÃO	SIM	NÃO			
								650	
2013	R\$ 380.250,00	Telha	TURISMO	NÃO	SIM	NÃO			
2012	R\$ 275.520,00	Tobias Barreto	CIDADES	R\$ 137.760,00	NÃO	NÃO			
2012	R\$ 438.750,00	Tobias Barreto	TURISMO	NÃO	NÃO	NÃO			
								1.426	Sim
2013	R\$ 487.500,00	Umbaúba	AGRICULTURA	NÃO	NÃO	NÃO			
2013	R\$ 975.000,00	Umbaúba	TURISMO	NÃO	NÃO	NÃO			
2014	R\$ 295.300,00	Umbaúba	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO			
Total	R\$ 21.784.559,00						29.050 Votos		

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; e www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 1, dos vinte e oito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias pelo Dep. André Moura, apenas seis municípios tiveram emendas executadas, total ou parcialmente, totalizando o valor de R\$ 1.144.510,00, ou seja, apenas 5,25% do total destinado de R\$ 21.784.559,00 foi executado. Os municípios cujas emendas foram executadas são: 1) Areia Branca (R\$150.000,00); 2) Cumbe (R\$165.750,00); 3) Maruim (R\$ 200.000,00); 4) Nossa Senhora do Socorro (R\$ 296.000,00); 5) São Miguel do Aleixo (R\$ 195.000,00); e 6) Tobias Barreto (R\$ 137.760,00). Esses municípios em que as emendas foram executadas foram responsáveis por 7.093 votos, ou seja, 24,41% do total de 29.050 votos recebidos pelo Deputado André Moura nos vinte e oito municípios em que o Parlamentar fez destinação de emendas orçamentárias (Ver Tabela 1).

Em relação a percentuais, foram realizadas duas Análises. A primeira refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos seis municípios com emendas executadas em relação ao total de votos obtidos pelo parlamentar nos vinte e oito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias (Análise constante do parágrafo anterior).

A segunda Análise, constante da tabela 2 e Figura 1, refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos seis municípios com emendas executadas em relação ao total de votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos seis municípios com emendas executadas. Analisemos mais detidamente a relação entre execução de emendas e número de votos na Tabela 2:

Tabela 2
Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. André Moura (PSC)

Município	Emenda executada	Valor Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Areia Branca	Sim, parcialmente	R\$ 150.000,00	8.630	1.028
Cumbe	Sim	R\$ 165.750,00	2.701	166
Maruim	Sim	R\$ 200.000,00	7.731	793
Nossa Senhora do Socorro	Sim, parcialmente	R\$ 296.000,00	63.324	1.924
São Miguel do Aleixo	Sim	R\$ 195.000,00	2.184	660
Tobias Barreto	Sim, parcialmente	R\$ 137.760,00	24.308	2.522
TOTAL		R\$ 1.144.510,00	108.878 Votos	7.093 Votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

O município que teve o maior volume de recursos de emenda executada foi **Nossa Senhora do Socorro**, com R\$ 296.000,00, portanto 25,86% do valor total das emendas

executadas, sendo que o parlamentar recebeu 1.924 votos, equivalente a 27,12% do total dos votos dos seis municípios com emendas executadas (dos 7.093 votos).

O segundo município a receber um volume significativo de recursos foi **Maruim**, no montante de R\$ 200.000,00, ou seja, 17,47%, do valor total das emendas executadas. No entanto, o parlamentar recebeu apenas 793 votos, 11,18% do total dos votos dos seis municípios com emendas executadas, enquanto o município de **Areia Branca**, que recebeu R\$ 150.000,00 (13,10% do total dos recursos), recebeu 1028 votos, ou seja, 14,49% do total de votos dos municípios com emendas executadas. O município de **São Miguel do Aleixo** recebeu o montante de R\$ 195.000,00, ou seja, 17,03% do total de emendas executadas. No entanto, o parlamentar recebeu apenas 660 votos, ou seja, 9,30% do total de votos recebidos nos municípios com emendas executadas. O município de **Cumbe** recebeu o montante de R\$ 165.750,00, ou seja, 14,48% do total de emendas executadas. Entretanto, o parlamentar recebeu apenas 166 votos, 2,34% do total de votos recebidos nos municípios com emendas executadas.

É importante destacar que no município de **Tobias Barreto** que recebeu R\$ 137.760,00, ou seja, 12,03% do total de emendas executadas, o parlamentar recebeu 2.522 votos, surpreendentes 35,55% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. Conclui-se, portanto, que nos seis municípios em que as emendas foram executadas não houve, na maioria deles, uma relação percentual equivalente entre o valor das emendas liberadas e o número de votos obtidos.

Para possibilitar uma comparação adequada, como apenas 6 municípios tiveram emendas executadas, escolhemos, para Análise, outros 6 municípios com emendas não executadas, mas que tiveram o maior número de votos. São eles: 1) **Brejo Grande** (1.267 votos), 2) **Ilha das flores** (1.262 votos), 3) **Monte Alegre de Sergipe** (1.784 votos), 4) **Pacatuba** (1.656 votos), 5) **Simão Dias** (4.594 votos) e 6) **Umbaúba** (1.426 votos). Nesses seis municípios em que não houve execução de emendas, o parlamentar recebeu 11.989 votos, ou seja, 41,27% do total de 29.050 votos recebidos pelo Dep. André Moura nos vinte e oito municípios examinados, número bem superior ao total de votos recebidos pelo parlamentar nos municípios com emendas executadas (24,41%), conforme analisado no início. (verificar Tabelas 2 e 3).

Tabela 3
Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. André Moura (PSC)

Município	Emenda executada	Valor não Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Brejo Grande	Não	R\$ 608.766,00	20.475	1.267
Ilha das Flores	Não	R\$ 1.228.550,00	6.609	1.262
Monte Alegre de Sergipe	Não	R\$ 245.850,00	6.369	1.784
Pacatuba	Não	R\$ 1.369.200,00	10.174	1.656
Simão Dias	Não	R\$ 1.306.500,00	3.834	4.594
Umbaúba	Não	R\$ 1.757.800,00	4.187	1.426
TOTAL		6.516.666,00	51.648 votos	11.989 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

Comparando as tabelas 2 e 3 e a Figura 1, é possível verificar que foram executadas totalmente as emendas destinadas aos municípios de Cumbe, Maruim e São Miguel do Aleixo, e parcialmente as emendas destinadas aos municípios de Areia Branca, Nossa Senhora do Socorro e Tobias Barreto. No entanto, não conseguiram êxito na execução das emendas os municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Monte Alegre de Sergipe, Pacatuba, Simão Dias e Umbaúba.

Analisando a relação entre os votos nominais dados nos Municípios e os votos obtidos pelo parlamentar, verificou-se que nos municípios em que foram executadas emendas, a soma da votação nominal nos seis municípios totalizou 108.878 votos nominais (excluídos os votos de legenda), mas o Dep. André Moura recebeu apenas 7.093 votos, equivalente a 6,51% do total de votos nominais, percentual muito baixo. (ver Tabela 2 e Figura 1)

Já nos municípios em que não houve execução de emendas, a soma da votação nominal nos seis municípios totalizou 51.648 votos, e o Dep. André Moura recebeu 11.989 votos, equivalente a 23,21% do total de votos nominais, percentual quase quatro vezes superior ao encontrado em relação aos municípios em que houve execução de emendas. (Ver Figura 1)

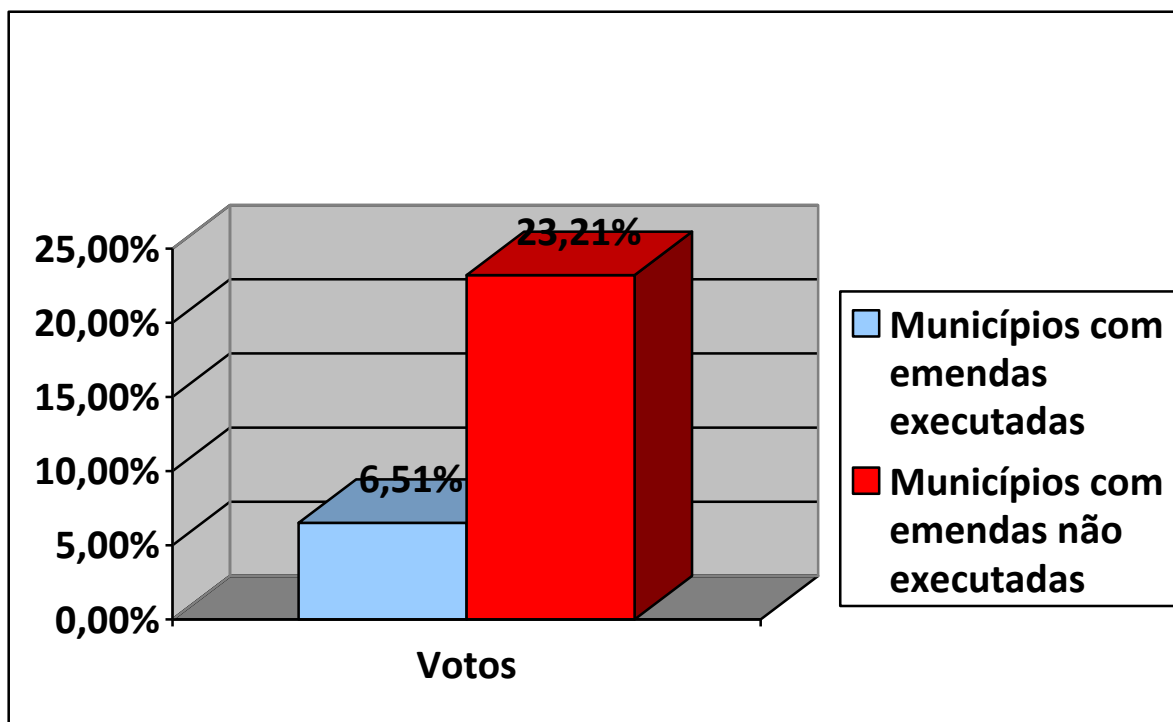


Figura 1: percentual total de votos obtidos nos 6 municípios onde o Deputado André Moura teve as emendas executadas e nos 6 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município

Pela Análise acima, conclui-se que o fato de as emendas terem sido executadas não significou um número expressivo de votos. E, em sentido contrário, o fato de as emendas não terem sido executadas não significou um número reduzido de votos.

Logo, não se comprovou, no presente estudo de caso, haver correlação entre as emendas executadas e o aumento no número de votos, embora os deputados utilizem o recurso de emendas individuais na busca de benefícios para os municípios com vistas à obtenção de votos para uma possível reeleição.

Dessa forma, não restou comprovado, neste estudo de caso, que o volume de recursos oriundos de emendas parlamentares executadas é determinante no quantitativo de votos recebidos pelo parlamentar, influenciando a sua reeleição.

Diante da não comprovação da hipótese neste estudo de caso, procuramos verificar outras variáveis que poderiam ter influenciado o quantitativo de votos do Parlamentar. Como não houve correlação entre as emendas executadas e o número total de votos, procurou-se analisar se houve correlação entre o fato de o parlamentar integrar o partido/coligação do prefeito no município e o número de votos obtidos.

Tabela 4
Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. André Moura (PSC).

Município	Prefeito/ Partido	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Areia Branca	PSC	Sim	8.630	1.028
Ilha das Flores	PSC	Sim	4.187	1.262
Monte Alegre de Sergipe	PSC	Sim	6.609	1.784
Pacatuba	PSC	Sim	6.369	1.656
Simão Dias	PSC	Sim	20.475	4.594
Total			46.270	10.324
Brejo Grande	PSD	Não	3.834	1.267
Cumbe	PSD	Não	2.701	166
Maruim	PMDB	Não	7.731	793
Nossa Senhora do Socorro	PDT	Não	63.324	1.924
São Miguel do Aleixo	PDT	Não	2.184	660
Tobias Barreto	PT	Não	24.308	2.522
Umbaúba	PDT	Não	10.174	1.426
Total			114.256	8.758

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

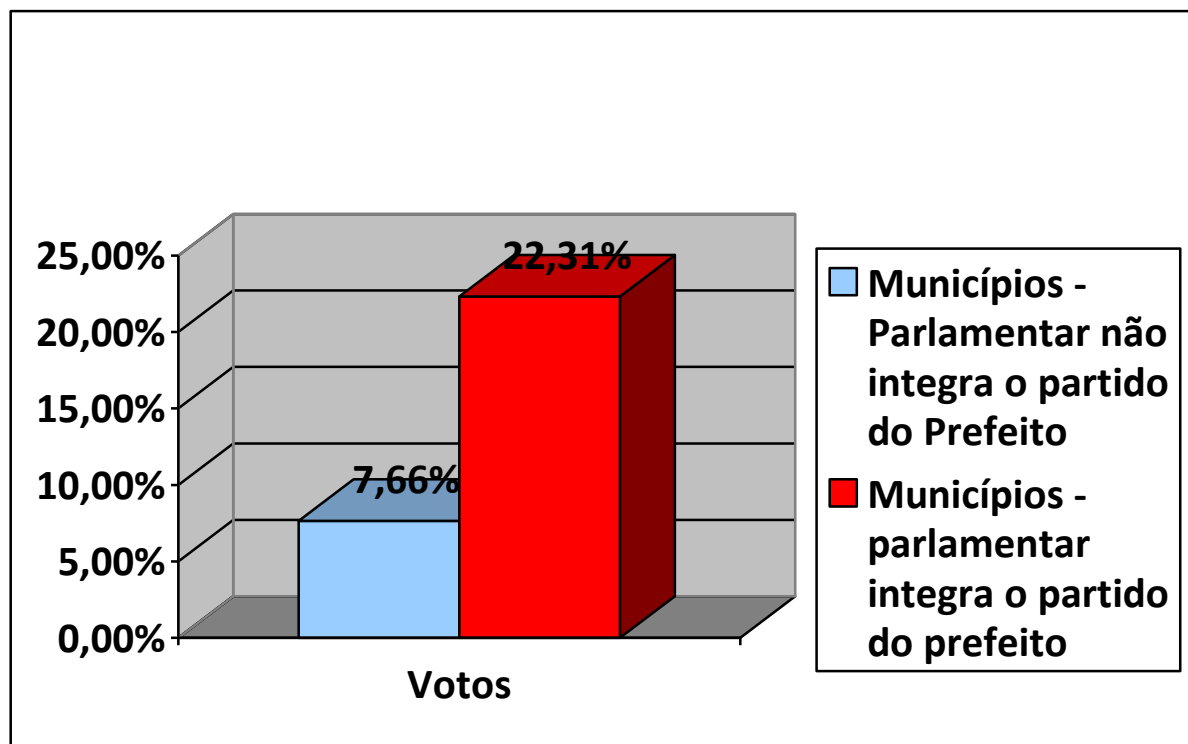


Figura 2: Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado André Moura integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito

Analizando a Tabela 4 e a Figura 2, verificou-se que nos municípios em que o Dep. André Moura integrava o mesmo partido do Prefeito, a votação foi mais significativa. Numa soma total de 46.270 votos nominais totalizados nos municípios de Areia Branca, Ilha das Flores, Monte Alegre de Sergipe, Pacatuba e Simão Dias, o Parlamentar recebeu 10.324 votos, ou seja, 22,31% de todos os votos daqueles municípios. Já nos municípios em que o parlamentar não integrava o partido do Prefeito (Brejo Grande, Cumbe, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, São Miguel do Aleixo, Tobias Barreto e Umbaúba), numa soma total de 114.256 votos, o parlamentar obteve apenas 8.758 votos, totalizando 7,66% de todos os votos daqueles municípios, percentual três vezes menor se comparado com os municípios que tiveram emendas executadas.

Logo, verificou-se que o fato de o parlamentar integrar o mesmo partido do Prefeito pode ter influenciado no número de votos obtidos, diferentemente da execução de emendas orçamentárias, que não demonstrou correlação com aumento no número de votos. Essa correlação evidencia que a variável “integra o mesmo partido do Prefeito” é mais significativa que a variável “execução das emendas orçamentárias”.

Portanto, é possível afirmar, no que toca à reeleição do parlamentar, que os partidos que comandaram as prefeituras e as coligações construídas entre esses partidos tiveram resultados mais expressivos que a execução das emendas parlamentares.

A literatura confirma essa hipótese. Pereira e Rennó (2007b, p.672) destacam o apoio dos prefeitos no sucesso eleitoral de candidatos a Presidente, e esse fato também foi percebido com relação aos Deputados Federais, pois em alguns municípios o apoio do prefeito é mais significativo para o alcance da eleição do que a execução das emendas individuais. Como bem destacam os autores, existem no sistema eleitoral brasileiro diversos incentivos aos Deputados Federais na construção de coligações a partir da influência dos partidos nacionais.

Outra Análise a ser feita é verificar a correlação entre o número de votos obtidos nos municípios em que o Parlamentar era do mesmo partido do prefeito e o número de votos de todos os vinte e oito municípios em que houve destinação de emendas (verificar tabelas 1 e 4). Considerando que o parlamentar é do PSC – Partido Social Cristão, é possível verificar que os votos recebidos nos municípios de Areia Branca, Ilha das Flores, Monte Alegre de Sergipe, Pacatuba e Simão Dias (cujos prefeitos são do mesmo partido do Parlamentar), configuraram votação expressiva contribuindo com 10.324 votos, no total de 29.050 votos recebidos nos vinte e oito municípios que tiveram destinação de emendas, correspondendo a 35,53% de

todos os votos recebidos pelo parlamentar nos vinte e oito municípios onde houve destinação de emendas orçamentárias.

Quanto aos outros 64,47% de votos recebidos pelo parlamentar (18.726 votos), uma hipótese seria a coligação feita no Estado de Sergipe pelos partidos PRB / PDT / PT / PMDB / PSL / PSC / PR / PTC / PSB / PC DO B. O fato do Deputado André Moura ter sido reeleito pelo Quociente Eleitoral e não pelos seus próprios votos corrobora a ideia da relevância dessa estratégia.

Por fim, a última Análise que poderia ser feita diz respeito ao fato de o parlamentar integrar a coalizão da candidata à Presidência da República, no caso, a candidata Dilma Rousseff. A primeira coalizão de sustentação do governo, período de 01/01/2011 a 01/03/2012 (ver Anexo II), era formada por PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP. No segundo período (de 02/03/2012 a 02/10/2013), entrou o PRB. No terceiro e último período (de 02/10/2013 a 31/12/2014), saiu o PSB da coalizão. No entanto, o parlamentar não integrou, em qualquer dos períodos, partido da coalizão, motivo pelo qual esta Análise fica prejudicada. (Ver quadros constantes dos Anexos I e II)

2.2.2. Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Fabio Reis

O Deputado Federal Fabio Reis do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), está no seu segundo mandato, tendo assumido o primeiro mandato como suplente em 03.01.2013 (54ª legislatura -2011-2015), quando o então deputado Heleno Silva renunciou ao cargo para assumir a prefeitura do município de Canindé de São Francisco. O segundo se iniciou em 01/02/2015 (55ª Legislatura -2015-2019). O parlamentar desenvolveu as seguintes atividades Partidárias: foi Vice-Líder, PMDB, 27/2/2015 e Vice-Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

A tabela 5 detalha os empenhos que foram feitos no período de 2013 e 2014, bem como a área de sua destinação, mostrando também os pagamentos realizados no mesmo período citado, assim como o número de votos obtidos em cada município.

	Deputado FABIO REIS (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 245.850,00	Itabaianinha	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	7.911		
2014	R\$ 789.800,00	Lagarto	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	259		
2014	R\$ 438.750,00	Lagarto	ESPORTE	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 426.250,00	Lagarto	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 250.000,00	Lagarto	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 250.000,00	Lagarto	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 292.500,00	Laranjeiras	ESPORTES	NÃO	NÃO	SIM	3.421		
2014	R\$ 487.500,00	Laranjeiras	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 243.750,00	Nossa Senhora Aparecida	ESPORTES	NÃO	SIM	SIM	2.012		
2014	R\$ 288.377,00	Riachão do Dantas	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	1.215		
2014	R\$ 243.750,00	Riachão do Dantas	ESPORTES	NÃO	NÃO	SIM			
Total	R\$ 5.327.127,00						19.920 votos		

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; e www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 5, dos oito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias pelo Dep. Fabio Reis, nenhum deles teve emendas executadas, total ou parcialmente. Dessa forma, a Análise da correlação entre emendas executadas e aumento no número de votos restou prejudicada neste estudo de caso, pois não há possibilidade de se fazer uma comparação adequada entre os municípios, já que o parlamentar não teve emendas executadas no período em Análise.

Como não foi possível neste estudo de caso verificar a hipótese de influência nas eleições da execução de emendas parlamentares, procuramos verificar outra variável que possa ter influenciado a reeleição: se o parlamentar integrava o partido/coligação do prefeito no município e se isso influenciou o número de votos obtidos. É importante ressaltar que o parlamentar integrava o mesmo partido dos Prefeitos dos municípios de Arauá, Laranjeiras e Nossa Senhora Aparecida, o PMDB. O total de votos recebidos nesses municípios foram os seguintes: Arauá: 1.597 votos; Laranjeiras: 3.421 votos e Nossa Senhora Aparecida: 2.012 votos.

No entanto, é possível verificar que o parlamentar teve sua maior votação no município de Itabaianinha: 7.911 votos, mas o prefeito era de outro partido, do PSDB, necessitando, assim, pesquisar a justificativa para esse número tão expressivo de votos nesse município.

Tabela 6
Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Fabio Reis (PMDB).

Município	Prefeito/Partido	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	Total de votos nominais no município	Total de Votos do candidato
Arauá	PMDB	SIM	5.938	1.597
Laranjeiras	PMDB	SIM	13.594	3.421
Nossa Senhora Aparecida	PMDB	SIM	4.762	2.012
TOTAL			24.294	7.030
Boquim	PSD	NÃO	13.296	1.032
Cristinápolis	PCdoB	NÃO	7.510	2.473
Itabaianinha	PSDB	NÃO	17.491	7.911
Lagarto	PSDB	NÃO	42.451	259
Riachão do Dantas	PSD	NÃO	9.616	1.215
TOTAL			90.364	12.890

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

No entanto, analisando a Tabela 6 e a Figura 3, verificou-se que nos municípios em que o Dep. Fabio Reis integrava o mesmo partido do Prefeito, o total da votação foi mais significativo. Numa soma total de 24.294 votos nominais totalizados nos Municípios de Arauá, Laranjeiras e Nossa Senhora Aparecida, o Parlamentar recebeu 7.030 votos, ou seja, 28,93% de todos os votos daqueles municípios. Já nos municípios em que o parlamentar não integrava o partido do Prefeito (Boquim, Cristinápolis, Lagarto, Itabaianinha e Riachão do Dantas), numa soma total de 90.364 votos, o parlamentar obteve apenas 12.890 votos, totalizando 14,26% de todos os votos daqueles municípios, a metade dos votos, proporcionalmente, àqueles recebidos nos municípios em que o parlamentar integrava o mesmo partido do Prefeito. Logo, verificou-se que o fato de o parlamentar integrar o mesmo partido do Prefeito pode ter influenciado no número de votos obtidos. (Ver Figura 3)

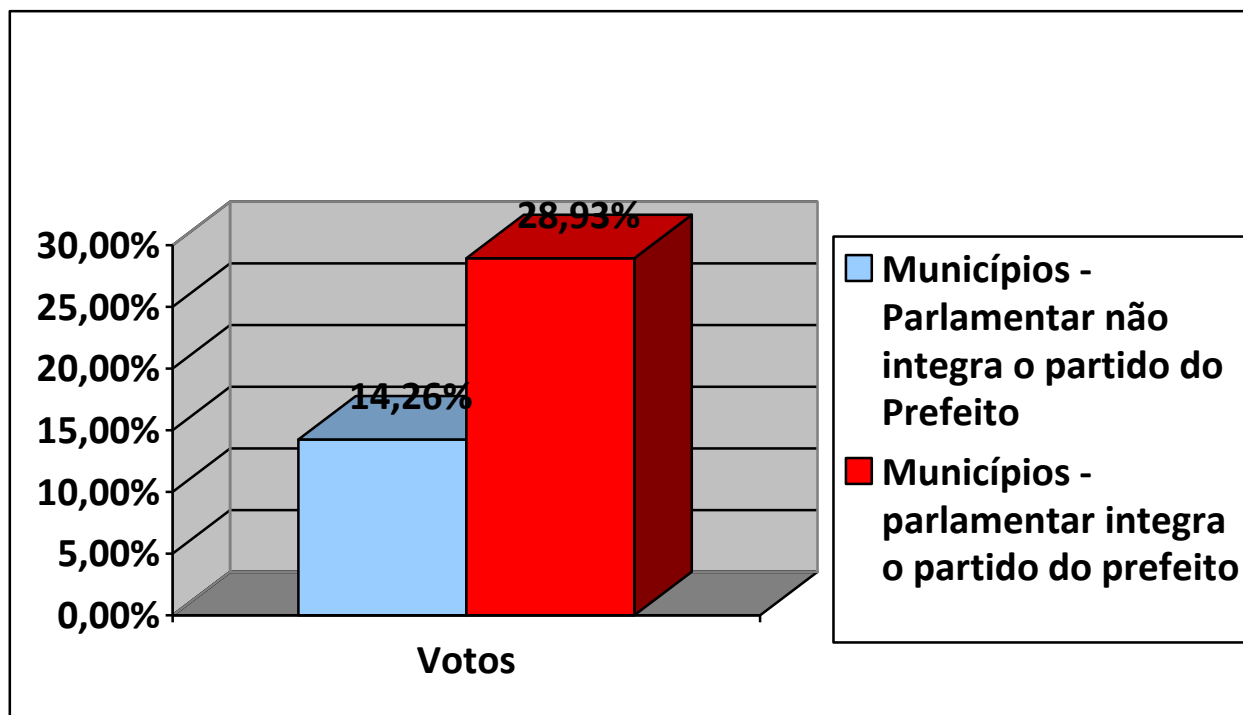


Figura 3: Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado Fabio Reis integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito

Outra Análise a ser feita é verificar a correlação entre o número de votos obtidos nos municípios em que o Parlamentar era do mesmo partido do Prefeito e o número de votos de todos os oito municípios em que houve destinação de emendas (verificar tabelas 5 e 6). Considerando que o parlamentar é do PMDB, é possível verificar que os votos recebidos nos municípios de Arauá, Laranjeiras e Nossa Senhora Aparecida (cujos prefeitos são do mesmo partido do parlamentar) configuraram votação expressiva contribuindo com 7.030 votos, no

total de 19.920 votos recebidos nos oito municípios que tiveram destinação de emendas, correspondendo a 35,29% de todos os votos recebidos pelo parlamentar nos oito municípios onde houve destinação de emendas orçamentárias. Quanto aos outros 64,71% dos votos recebidos pelo parlamentar (12.890 votos), uma hipótese seria a coligação feita no Estado de Sergipe pelos partidos PT / PDT / PSB / PMDB / PC do B / PRP / PROS / PSD / PRB / PSDC. O fato de o Deputado Fabio Reis ter sido reeleito pelo Quociente Eleitoral e não pelos seus próprios votos corrobora a ideia da relevância dessa estratégia.

Por fim, a última Análise que poderia ser feita diz respeito ao fato de o parlamentar integrar a coalizão da candidata à Presidência da República, no caso, a candidata Dilma Rousseff. A primeira coalizão de sustentação do governo, período de 01/01/2011 a 01/03/2012 (ver Anexo II), era formada por PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP. No segundo período (de 02/03/2012 a 02/10/2013), entrou o PRB. No terceiro e último período (de 02/10/2013 a 31/12/2014), saiu o PSB da coalizão. Essa variável pode ter influenciado na reeleição do parlamentar, já que fazia parte de partido integrante da coalizão no período citado.

Portanto, é possível afirmar que os partidos que comandam as prefeituras e as coligações construídas entre esses partidos têm resultados mais expressivos. Considerando que o parlamentar não teve emendas executadas e mesmo assim foi reeleito, é possível concluir que, neste caso, a destinação e a execução de emendas não foi um dos fatores determinantes na reeleição parlamentar. De outra parte, o fato de o parlamentar integrar o mesmo partido do Prefeito pode ter influenciado no número de votos obtidos.

2.2.3. Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Laercio Oliveira.

O Deputado Federal Laércio Oliveira (SD), está no seu terceiro mandato, tendo assumido o primeiro mandato como suplente em 12.08.2008 (53ª legislatura -2007-2011). O segundo mandato se iniciou em 01/02/2011 (54ª Legislatura -2011-2015), o terceiro mandato iniciou-se em 01/02/2015 (55ª Legislatura - 2015-2019). Dentre todas as atividades legislativas desenvolvidas na 54ª Legislatura, o parlamentar foi também Vice-Líder do Bloco PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL; Vice-Líder da Minoria, 12/2/2014; e Vice-Líder do Solidariedade (SD), 2/2/2015-14/4/2015. Mudou de partido em 2013, do PR para o Solidariedade (SD).

A tabela 7 detalha os empenhos que foram feitos no período de 2012 a 2014, bem como a área de sua destinação, mostrando também os pagamentos realizados no mesmo período citado, assim como o número de votos obtidos em cada município.

TABELA 7
Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Laercio Oliveira (SD)

	Deputado LAERCIO OLIVEIRA (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 1.913.304,00	Aracajú	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	24.363		Sim
2012	R\$ 245.850,00	Boquim	CIDADES	SIM	NÃO	SIM	3.621		
2012	R\$ 243.750,00	Campo do Brito	ESPORTE	NÃO	NÃO	SIM	1.776		
2013	R\$ 243.750,00	Canhoba	ESPORTE	NÃO	NÃO	SIM	701		
2012	R\$ 245.850,00	Canindé de São Francisco	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	772		
2013	R\$ 975.000,00	Capela	ESPORTE	NÃO	NÃO	SIM	1.205		
2013	R\$ 975.000,00	Capela	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 532.660,00	Capela	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2012	R\$ 245.850,00	Cumbe	CIDADES	R\$ 122.925,00	NÃO	SIM	472		
2013	R\$ 493.100,00	Divina Pastora	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	500		

	Deputado LAERCIO OLIVEIRA (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2012	R\$ 245.850,00	Frei Paulo	CIDADES	R\$ 122.925,00	NÃO	SIM	968		
2013	R\$ 245.850,00	Ilha das Flores	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	137		
2012	R\$ 245.850,00	Itabaiana	CIDADES	SIM	NÃO	SIM	2.497		
2013	R\$ 975.000,00	Itabaiana	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 987.600,00	Itabaiana	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2012	R\$ 3.000.000,00	Nossa Senhora do Socorro	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	SIM	NÃO	SIM	5.424		
2012	R\$ 493.100,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	R\$ 246.550,00	NÃO	SIM			
2013	R\$ 592.000,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 690.900,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 592.000,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 592.000,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 690.900,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 41.450,00	Nossa	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			

	Deputado LAERCIO OLIVEIRA (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
		Senhora do Socorro							
2014	R\$ 641.450,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2012	R\$ 493.100,00	Propriá	CIDADES	R\$ 246.550,00	NÃO	SIM	1.718		
2012	R\$ 244.450,00	Propriá	CIDADES	R\$ 122.225,00	NÃO	SIM			
2013	R\$ 245.850,00	Propriá	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 243.750,00	Riachuelo	ESPORTE	NÃO	NÃO	SIM	451		
2013	R\$ 243.750,00	São Francisco	AGRICULTUR A	NÃO	NÃO	SIM	701		
2013	R\$ 243.750,00	São Francisco	AGRICULTUR A	SIM	NÃO	SIM			
2012	R\$ 245.850,00	Tobias Barreto	CIDADES	SIM	NÃO	SIM	1.783		
2014	R\$ 196.400,00	Tobias Barreto	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
Total	18.304.964,00						47.089		

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; e www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 7, dos dezesseis municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias pelo Dep. Laercio Oliveira, apenas oito municípios tiveram emendas executadas, total ou parcialmente, totalizando o valor de R\$ 4.473.700,00, ou seja, apenas 24,43% do total de R\$ 18.304.964,00 destinados para os dezesseis municípios foi executado. Os municípios cujas emendas foram executadas são: 1) **Boquim** (R\$ 245.850,00), 2) **Cumbe** (R\$ 122.925,00), 3) **Frei Paulo** (R\$ 122.925,00), 4) **Itabaiana** (R\$ 245.850,00), 5) **Nossa Senhora do Socorro** (R\$ 3000.000,00), 6) **Propriá** (R\$ 246.550,00), 7) **São Francisco** (R\$ 243.750,00), 8) **Tobias Barreto** (R\$ 245.850,00). Esses municípios em que as emendas foram executadas foram responsáveis por 17.634 votos, ou seja, 37,44% do total de 47.089 votos recebidos pelo Deputado Laercio Oliveira nos dezesseis municípios em que foram destinadas emendas orçamentárias pelo parlamentar (constantes da Tabela 7).

Em relação a percentuais, foram realizadas duas Análises. A primeira refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos oito municípios com emendas executadas em relação ao total de votos obtidos pelo parlamentar nos dezesseis municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias.

A segunda Análise, constante da tabela 8 e figura 4, refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos oito municípios com emendas executadas em relação ao total de votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos oito municípios com emendas executadas. Analisemos mais detidamente a relação entre execução de emendas e número de votos na Tabela 8:

Tabela 8

Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Laercio Oliveira (SD)

Município	Emenda executada	Valor Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Boquim	Sim	R\$ 245.850,00	13.296	3.621
Cumbe	Sim, parcialmente	R\$ 122.925,00	2.701	472
Frei Paulo	Sim, parcialmente	R\$ 122.925,00	7.209	968
Itabaiana	Sim, parcialmente	R\$ 245.850,00	42.721	2.947
Nossa Senhora do Socorro	Sim, parcialmente	R\$ 3.246.550,00	63.324	5.424
Propriá	Sim, parcialmente	R\$ 368.775,00	12.790	1.718
São Francisco	Sim, parcialmente	R\$ 243.750,00	2.367	701
Tobias Barreto	Sim, parcialmente	R\$ 245.850,00	24.308	1.783
Total de votos		4.842.475,00	168.716 votos	17.634 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

O município que teve o maior volume de recursos de emenda executada foi **Nossa Senhora do Socorro**, com R\$ 3.246.550,00, portanto 67,04% do valor total das emendas

executadas, sendo que o parlamentar recebeu 5.424 votos, equivalente a 30,75% do total dos votos dos oito municípios com emendas executadas (dos 17.634 votos). O outro município a receber um volume significativo de recursos foi o município de **Propriá**, que recebeu o montante de R\$ 368.775,00, ou seja, 7,61% do valor total das emendas executadas, sendo que o parlamentar recebeu 1.718 votos, equivalentes a 9,74% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. Já o município de **Boquim** recebeu o montante de R\$ 245.850,00, ou seja, 5,07% do valor total de emendas executadas. No entanto, o parlamentar recebeu 3.621 votos, ou seja, 20,53% do total de votos dos municípios com emendas executadas, enquanto o município de **Cumbe**, que recebeu R\$ 122.925,00, equivalente a 2,53% do valor total das emendas executadas, recebeu 472 votos, ou seja, 2,67% do total de votos dos municípios com emendas executadas.

O município de **Frei Paulo** recebeu o valor de R\$ 122.925,00, equivalente a 2,53% do valor total de emendas executadas. Todavia, recebeu 968 votos, ou seja, 5,48% do total de votos dos municípios com emendas executadas. O município de **Itabaiana** recebeu a quantia de R\$ 245.850,00, ou seja, 5,07% do valor total das emendas executadas sendo que o parlamentar recebeu 2.947 votos equivalentes a 16,71% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. O município **São Francisco** recebeu o montante de R\$ 243.750,00, ou seja, 5,03% do total das emendas executadas, sendo que o parlamentar recebeu 701 votos equivalentes a 3,97% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. O município **Tobias Barreto** recebeu o montante de R\$ 245.850,00, ou seja, 5,07% do total das emendas executadas sendo que o parlamentar recebeu 1.783 votos equivalentes a 10,11% do total dos votos dos municípios com emendas executadas.

Verifica-se que nos oito municípios em que as emendas foram executadas não houve, na maioria deles, uma relação percentual equivalente entre o valor das emendas liberadas e o número de votos obtidos, se consideramos que a diferença foi de menos de 1%.

Para possibilitar uma comparação adequada, como apenas 8 municípios tiveram emendas executadas, escolhemos, para Análise, outros 8 municípios com emendas não executadas, mas que tiveram o maior número de votos. São eles: 1) **Aracajú** (24.363 votos), 2) **Campo do Brito** (1.776 votos), 3) **Canhoba** (701 votos), 4) **Canindé de São Francisco** (772 votos), 5) **Capela** (1.205 votos), 6) **Divina Pastora** (500 votos), 7) **Ilha das Flores** (137 votos) e 8) **Riachuelo** (451 votos). Nesses oito municípios em que não houve execução de emendas, o parlamentar recebeu 29.905 votos, ou seja, 63,50% do total de 47.089 votos recebidos pelo Dep. Laercio Oliveira nos dezesseis municípios examinados, número bem

superior ao total de votos recebidos pelo parlamentar nos municípios com emendas executadas, ou seja, 37,44%, conforme analisado no início (verificar Tabelas 8 e 9).

Tabela 9

Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. Laercio Oliveira (SD).

Município	Emenda executada	Valor não Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Aracajú	Não	R\$ 1.913.304,00	254.944	24.363
Campo do Brito	Não	R\$ 243.750,00	8.276	1.776
Canhoba	Não	R\$ 243.750,00	2.720	701
Canindé de São Francisco	Não	R\$ 245.850,00	13.541	772
Capela	Não	R\$ 2.482.660,00	14.690	1.205
Divina Pastora	Não	R\$ 493.100,00	2.371	500
Ilha das Flores	Não	R\$ 245.850,00	4.187	137
Riachuelo	Não	R\$ 243.750,00	4.787	451
Total de Votos		6.112.014,00	305.516 votos	29.905 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

Comparando as tabelas 8, 9 e as figuras 4 e 5, é possível verificar que foi executada totalmente a emenda destinada ao município de Boquim. Já os municípios de Cumbe, Frei Paulo, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro, Propriá, São Francisco e Tobias Barreto, as emendas foram executadas parcialmente. No entanto, não conseguiram êxito na execução das emendas os municípios de Aracajú, Campo do Brito, Canhoba, Canindé de São Francisco, Capela, Divina Pastora, Ilha das Flores e Riachuelo.

Analisando a relação entre os votos nominais dados nos Municípios e os votos obtidos pelo parlamentar, verificou-se que nos municípios em que foram executadas emendas, a soma da votação nominal nos oito municípios totalizou 168.716 votos nominais (excluídos os votos de legenda), mas o Dep. Laercio Oliveira recebeu apenas 17.634 votos, equivalente a 10,45% do total de votos nominais. (Ver figura 4)

Já nos municípios em que não houve execução de emendas, a soma da votação nominal nos oito municípios totalizou 305.516 votos nominais, e o Dep. Laercio Oliveira recebeu 29.905 votos, equivalente a 9,78% do total de votos nominais, percentual próximo ao encontrado em relação aos municípios em que houve execução de emendas. (Ver figuras 4 e 5)

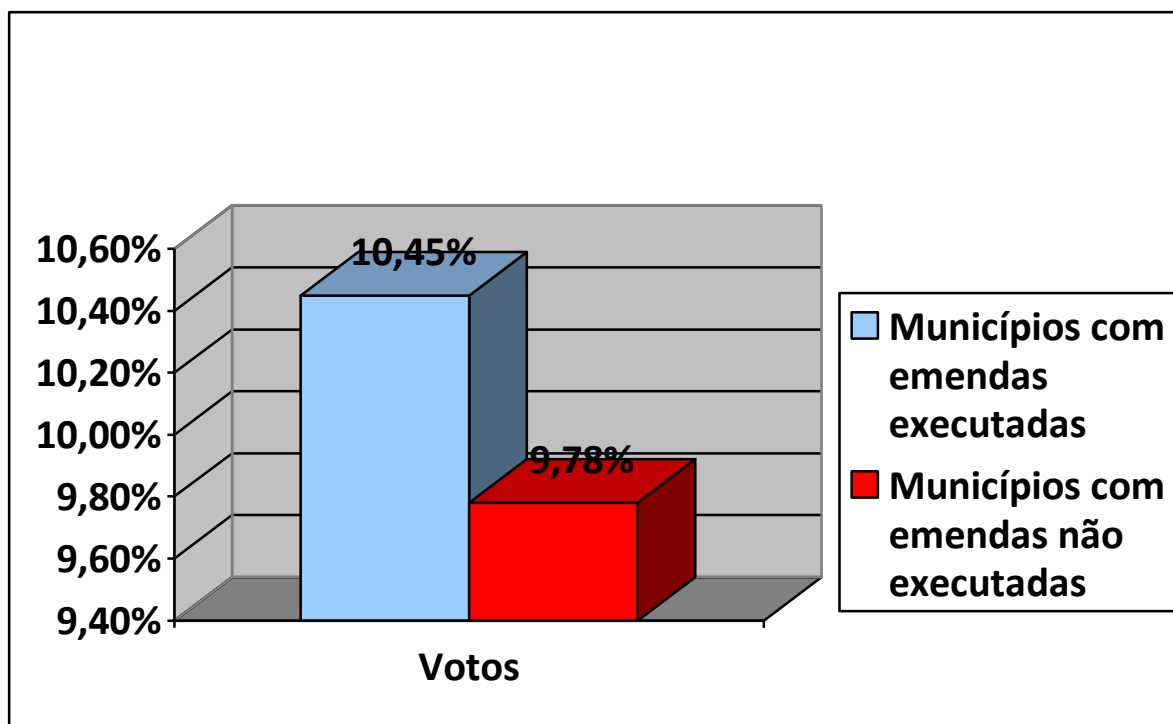


Figura 4: Percentual total de votos obtidos nos 8 municípios onde o Deputado Laercio Oliveira teve as emendas executadas e nos 8 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município

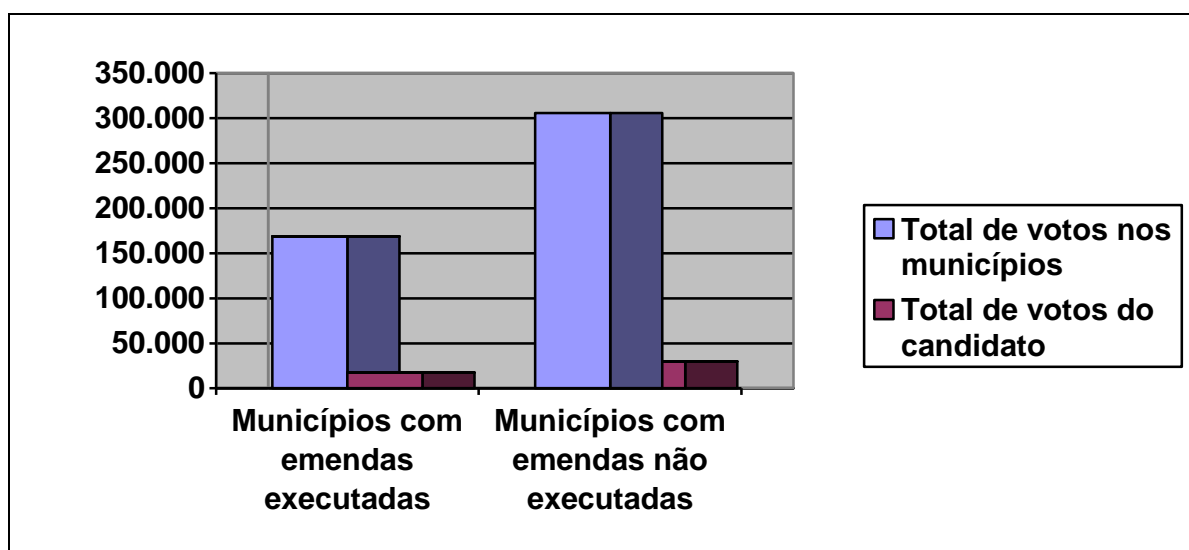


Figura 5 – Total de votos obtidos nos 8 municípios onde o Deputado Laercio Oliveira teve as emendas executadas e nos 8 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município

Pela Análise acima, conclui-se que o fato de as emendas haverem sido executadas não significou um número expressivo de votos. E, em sentido contrário, o fato de as emendas não haverem sido executadas não significou um número reduzido de votos. Portanto, pode se afirmar que não se comprovou, no presente estudo de caso, haver correlação entre as emendas

executadas e o aumento no número de votos, embora o percentual de votos dos municípios com emendas executadas tenha sido superior ao percentual de votos dos municípios sem emendas executadas. Entretanto, essa superioridade é muito pequena, não chegou a 1%, ou seja, os percentuais ficaram muito parecidos (ver figura 5).

Dessa forma, não restou comprovado, neste estudo de caso, que o volume de recursos oriundos de emendas parlamentares executadas é determinante no quantitativo de votos recebidos pelo parlamentar, influenciando a sua reeleição.

Diante da não comprovação da hipótese neste estudo de caso, procuramos verificar outras variáveis que poderiam ter influenciado o quantitativo de votos do Parlamentar. Como não houve correlação entre as emendas executadas e o número total de votos, procurou-se analisar se houve correlação entre o fato de o parlamentar integrar o partido/coligação do prefeito no município e o número de votos obtidos. No entanto, esta Análise restou prejudicada, pois o parlamentar não integrou partido do prefeito em nenhum dos municípios analisados.

Entretanto, seu partido, o Solidariedade, fez parte da coligação feita no Estado de Sergipe pelos partidos PP / PTB / PSL / PSC / PR / PPS / DEM / PHS / PTC / PV / PSDB / PEN / PT do B / SD. Assim, o fato de o Dep. Laercio Oliveira ter sido reeleito pelo Quociente Eleitoral e não pelos seus próprios votos demonstra a relevância dessa estratégia.

Outra Análise que se pode ser feita diz respeito ao fato de o parlamentar fazer parte da coalizão da candidata à Presidência da República, no caso, a candidata Dilma Rousseff. A primeira coalizão de sustentação do governo, período de 01/01/2011 a 01/03/2012 (ver Anexo II), era formada por PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP. No segundo período (de 02/03/2012 a 02/10/2013), entrou o PRB. No terceiro e último período (de 02/10/2013 a 31/12/2014), saiu o PSB da coalizão. No entanto, o parlamentar não integrou, em qualquer dos períodos, partido da coalizão, motivo pelo qual esta Análise fica prejudicada. (Ver quadros constantes dos Anexos I e II).

2.2.4. Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Valadares Filho

O Deputado Federal Valadares Filho do Partido Socialista Brasileiro (PSB), está no seu terceiro mandato, tendo assumido o primeiro mandato em 01.02.2007 (53ª Legislatura -2007-2011). O segundo se iniciou em 01/02/2011 (54ª Legislatura -2011-2015) e o terceiro

iniciou-se em 01/02/2015 (55ª Legislatura -2015-2019). Dentre todas as atividades legislativas desenvolvidas na 54ª Legislatura, o parlamentar foi também Vice-Líder do Bloco PSB, PCdoB, PMN, PRB e Vice-Líder do Bloco PSB, PTB, PCdoB.

A tabela 10 detalha os empenhos que foram feitos no período de 2011 a 2014, bem como a área de sua destinação, mostrando também os pagamentos realizados no mesmo período citado, assim como o número de votos obtidos em cada município.

TABELA 10
Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Valadares Filho (PSB)

	Deputado Valadares Filho (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada ?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2013	R\$ 147.250,00	Amparo de São Francisco	AGRICULTURA	NÃO	SIM	SIM	547		SIM
2013	R\$ 487.500,00	Boquim	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM	1.828		
2014	R\$ 493.100,00	Boquim	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 789.800,00	Campo do Brito	CIDADES	R\$ 94.776,00	SIM	SIM	2.607		
2013	R\$ 100.000,00	Campo do Brito	TURISMO	NÃO	SIM	SIM			
2014	R\$ 295.300,00	Campo do Brito	CIDADES	NÃO	SIM	SIM			
2014	R\$ 399.312,00	Canhoba	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	32		
2012	R\$ 147.000,00	Cristinápolis	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	SIM	NÃO	SIM	578		
2012	R\$ 300.000,00	Cumbe	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	SIM	NÃO	SIM	452		
2013		Gararu	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	941		

	Deputado Valadares Filho (Reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada ?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 243.750,00	Graccho Cardoso	ESPORTES	NÃO	SIM	SIM	1.114		
2013	R\$ 585.000,00	Itaporanga D' Ajuda	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM	581		
2012	R\$ 392.000,00	Moita Bonita	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	SIM	NÃO	SIM	29		
2013	R\$ 100.000,00	Neópolis	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM	107		
2013	R\$ 493.100,00	Pinhão	CIDADES	NÃO	SIM	SIM	924		
2012	R\$ 562.330,00	Pirambu	CIDADES	NÃO	SIM	SIM	1.109		
2012	R\$ 585.000,00	Poço Redondo	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	SIM	NÃO	SIM	1.694		
2013	R\$ 295.300,00	Poço Verde	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	3.741		
2013	R\$ 585.000,00	Ribeirópolis	ESPORTE	NÃO	SIM	SIM	1.711		
2013	R\$ 443.650,00	Salgado	CIDADES	NÃO	SIM	SIM	2.162		
2014	R\$ 592.000,00	Salgado	CIDADES	NÃO	SIM	SIM			
2014	R\$ 341.250,00	Salgado	ESPORTES	NÃO	SIM	SIM			
2013	R\$ 1.462.500,00	São Cristóvão	ESPORTE	NÃO	SIM	SIM	934		
2014	R\$	São Cristóvão	CIDADES	NÃO	SIM	SIM			

Deputado Valadares Filho (Reeleito)									
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada ?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
	1.234.850,00								
2014	R\$ 493.100,00	São Cristóvão	CIDADES	NÃO	SIM	SIM			
Total	11.568.092,00						21.091		

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; e www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 10, dos dezoito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias pelo Dep. Valadares Filho, apenas cinco municípios tiveram emendas executadas, total ou parcialmente, totalizando o valor de R\$ 1.518.776,00, ou seja, apenas 13,12% do total destinado de R\$ 11.568.092,00 foi executado. Os municípios cujas emendas foram executadas são: 1) **Campo Brito** (R\$ 94.776,00), 2) **Cristinápolis** (R\$ 147.000,00), 3) **Cumbe** (R\$ 300.000,00), 4) **Moita Bonita** (R\$ 392.000,00), 5) **Poço Redondo** (R\$ 585.000,00). Esses municípios em que as emendas foram executadas foram responsáveis por 5.360 votos, ou seja, 25,41% do total de 21.091 votos recebidos pelo deputado Valadares Filho nos dezoito municípios em que o Parlamentar fez destinação de emendas orçamentárias. (Ver Tabela 10).

Em relação a percentuais, foram realizadas duas Análises. A primeira refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos cinco municípios com emendas executadas em relação ao total de votos obtidos pelo parlamentar nos dezoito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias.

A segunda Análise, constante da tabela 11, refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos cinco municípios com emendas executadas em relação ao total de votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos cinco municípios com emendas executadas. Análisemos mais detidamente a relação entre execução de emendas e número de votos na Tabela 11:

Tabela 11

Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Valadares Filho (PSB)

Município	Emenda executada	Valor Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Campo do Brito	Sim, parcialmente	R\$ 94.776,00	8.276	2.607
Cristinápolis	Sim	R\$ 147.000,00	7.510	578
Cumbe	Sim	R\$ 300.000,00	2.701	452
Moita Bonita	Sim	R\$ 392.000,00	5.993	29
Poço Redondo	Sim	R\$ 585.000,00	12.219	1.694
Total de votos		1.518.776,00	36.699 votos	5.360 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

O município que teve o maior volume de recursos de emenda executada foi **Poço Redondo**, no montante de R\$ 585.000,00, ou seja, 38,51%, do total de votos de emendas executadas, No entanto o parlamentar recebeu apenas 1.694 votos, ou seja, 11,18% do total de votos dos municípios com emendas executadas, enquanto o município de **Cristinápolis** recebeu R\$ 147.000,00, ou seja, 9,67% total das emendas executadas, sendo que o

parlamentar recebeu 578 votos, equivalentes a 10,78% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. O município de **Cumbe** recebeu R\$ 300.000,00, ou seja, 19,75% do total das emendas executadas, sendo que o parlamentar recebeu 452 votos equivalentes a 8,43% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. O município de **Moita Bonita** recebeu o montante de R\$ 392.000,00, ou seja, 25,81% do total das emendas executadas, sendo que o parlamentar recebeu apenas 29 votos, equivalentes a 0,5% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. **Campo do Brito**, com execução parcial no valor de R\$ 94.776,00, portanto 6,24% do total das emendas executadas, sendo que o parlamentar recebeu 2.607 votos, equivalente a 48,63% do total dos votos dos cinco municípios com emendas executadas (dos 5360 votos).

É importante destacar que municípios como Moita Bonita, que recebeu R\$ 392.000,00, ou seja, 25,81% do total de emendas executadas, o parlamentar recebeu apenas 29 votos, surpreendentes 0,5% do total dos votos dos municípios com emendas executadas. Verifica-se que nos cinco municípios em que as emendas foram executadas não houve, na maioria deles, uma relação percentual equivalente entre o valor das emendas liberadas e o número de votos obtidos.

Para possibilitar uma comparação adequada, como apenas cinco municípios tiveram emendas executadas, escolhemos, para Análise, outros cinco municípios com emendas não executadas, mas que tiveram o maior número de votos. São eles: **Boquim** (1.828 votos), **Salgado** (2.162 votos), **Pirambu** (1.109 votos), **Poço Verde** (3.741 votos), **Ribeirópolis** (1.711 votos). Nesses cinco municípios em que não houve execução de emendas, o parlamentar recebeu 10.551 votos, ou seja, 50,02% do total de 21.091 votos recebidos pelo Dep. Valadares Filho nos dezoito municípios examinados, número bem superior ao total de votos recebidos pelo parlamentar nos municípios com emendas executadas (25,41%) (verificar Tabelas 11 e 12).

Tabela 12

Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep.Valadares Filho (PSB).

Município	Emenda não executada	Valor não Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Boquim	Não	R\$ 980.600,00	13.296	1.828
Pirambu	Não	R\$ 562.330,00	4.722	1.109
Poço Verde	Não	R\$ 295.300,00	11.141	3.741
Ribeirópolis	Não	R\$ 585.000,00	9.220	1.711
Salgado	Não	R\$ 1.376.900,00	9.191	2.162
Total de Votos		R\$ 3.800.130,00	47.570 votos	10.551 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

Comparando as tabelas 11, 12 e a figura 6 é possível verificar que foram executadas totalmente as emendas destinadas aos municípios de Cristinápolis, Cumbe, Moita Bonita e Poço Redondo, e parcialmente a emenda destinada ao município de Campo do Brito. No entanto, não conseguiram êxito na execução das emendas os municípios de Boquim, Salgado, Pirambu, Poço verde e Ribeirópolis.

Analisando a relação entre os votos nominais dados nos Municípios e os votos obtidos pelo parlamentar, verificou-se que nos municípios em que foram executadas emendas, a soma da votação nominal nos cinco municípios totalizou 36.699 votos nominais (excluídos os votos de legenda), mas o Dep. Valadares Filho recebeu apenas 5.360 votos, equivalente a 14,60% do total de votos nominais, percentual muito baixo. (Ver Figura 6)

Já nos municípios em que não houve execução de emendas, a soma da votação nominal nos cinco municípios totalizou 47.570 votos, e o Dep. Valadares Filho recebeu 10.551 votos, equivalente a 22,17% do total de votos nominais, percentual superior ao encontrado em relação aos municípios em que houve execução de emendas.

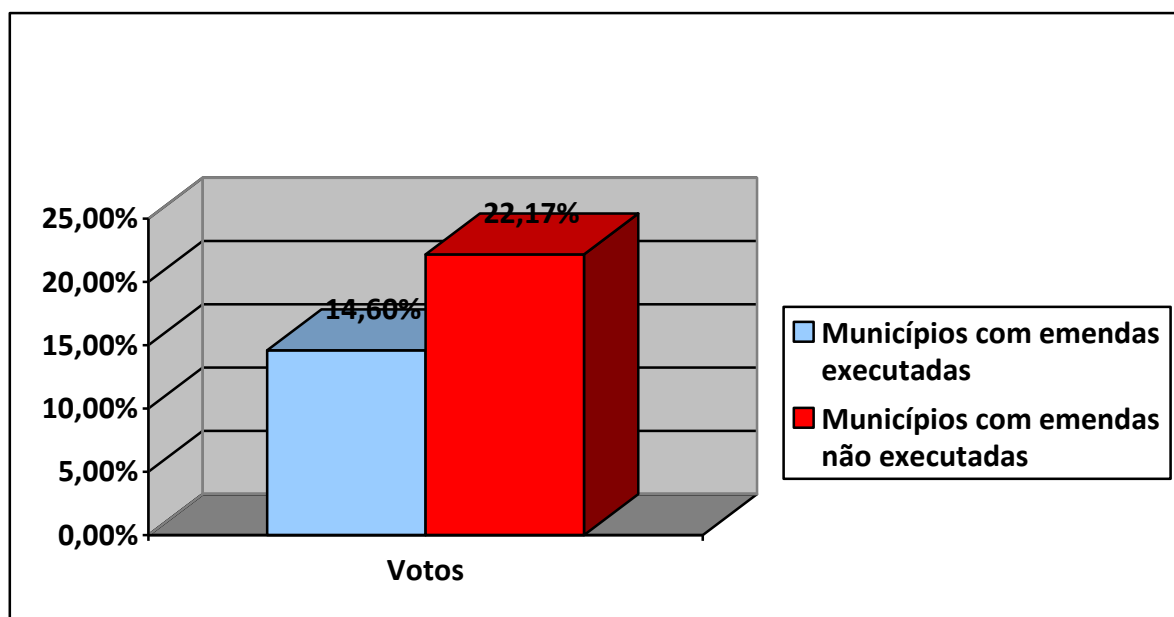


Figura 6: Percentual total de votos obtidos nos 5 municípios onde o Deputado Valadares Filho teve as emendas executadas e nos 5 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município.

Pela Análise acima, conclui-se que o fato de as emendas haverem sido executadas não significou um número expressivo de votos. E, em sentido contrário, o fato de as emendas não haverem sido executadas não significou um número reduzido de votos. Logo, não se

comprovou, no presente estudo de caso, haver correlação entre as emendas executadas e o aumento no número de votos, embora os deputados utilizem o recurso de emendas individuais na busca de benefícios para os municípios com vistas à obtenção de votos para uma possível reeleição.

Dessa forma, não restou comprovado, neste estudo de caso, que o volume de recursos oriundos de emendas parlamentares executadas é determinante no quantitativo de votos recebidos pelo parlamentar, influenciando a sua reeleição.

Diante da não comprovação da hipótese neste estudo de caso, procuramos verificar outras variáveis que poderiam ter influenciado o quantitativo de votos do Parlamentar. Como não houve correlação entre as emendas executadas e o número total de votos, procurou-se analisar se houve correlação entre o fato de o parlamentar integrar o partido/coligação do prefeito no município e o número de votos obtidos.

Tabela 13

Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Valadares Filho (PSB).

Município	Prefeito/Partido	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Salgado	PSB	Sim	9.191	2.162
Pirambu	PSB	Sim	4.722	1.109
Poço Verde	PSB	Sim	11.141	3.741
Ribeirópolis	PSB	Sim	9.220	1.711
Campo do Brito	PSB	Sim	8.276	2.607
TOTAL			42.550 votos	11.330 votos
Boquim	PSD	Não	13.296	1.828
Cristinápolis	PC do B	Não	7.510	578
Cumbe	PSD	Não	2.701	452
Moita Bonita	PMDB	Não	5.993	29
Poço Redondo	PT	Não	12.219	1.694
TOTAL			41.719 votos	4.581 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 13, verificou-se que nos municípios em que o Dep. Valadares Filho integrava o mesmo partido do Prefeito, a votação foi mais significativa. Numa soma total de 42.550 votos nominais totalizados nos municípios de Salgado, Pirambu, Poço Verde, Ribeirópolis e Campo do Brito, o Parlamentar recebeu 11.330 votos, ou seja, 26,62% de todos os votos daqueles municípios. Já nos municípios em que o parlamentar não integrava o partido do Prefeito (Boquim, Cristinápolis, Cumbe, Moita Bonita e Poço Redondo) numa

soma total de 41.719 votos, o parlamentar obteve apenas 4.581 votos, totalizando 10,98% de todos os votos daqueles municípios, percentual duas vezes menor. (Ver figura 7)

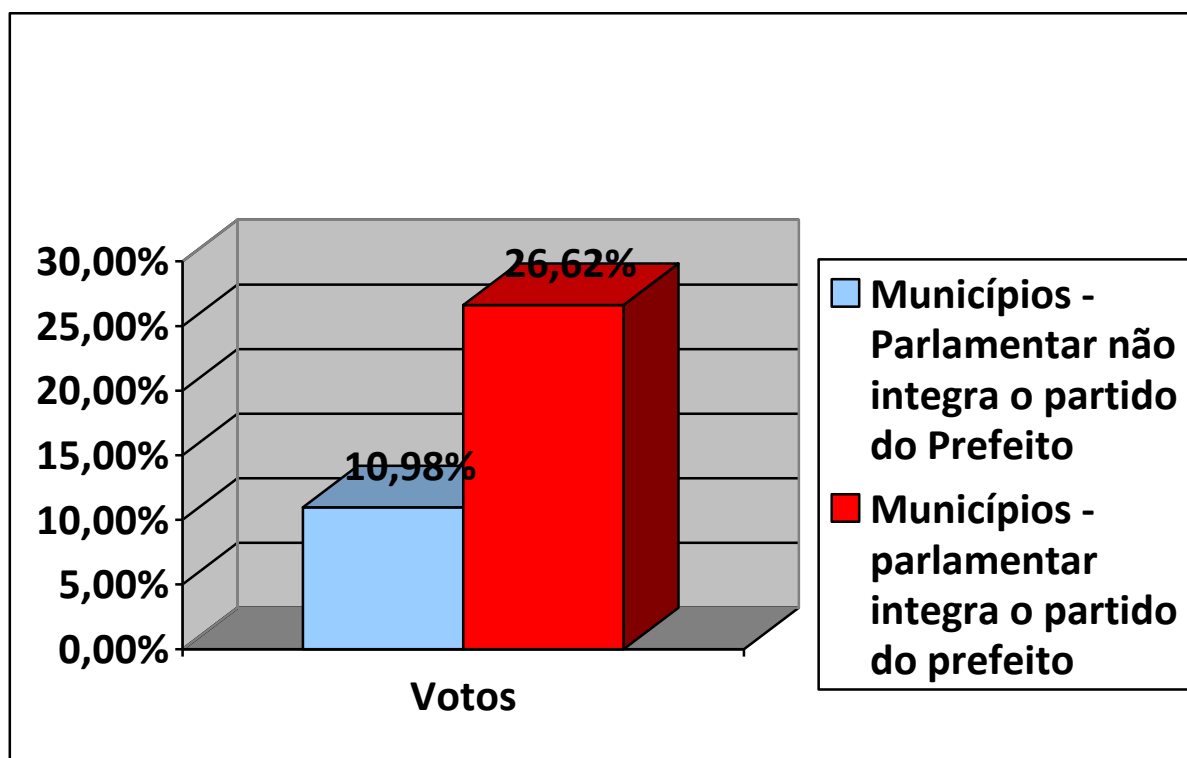


Figura 7: Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado Valadares Filho integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito

Logo, verificou-se que o fato de o parlamentar integrar o mesmo partido do Prefeito pode ter influenciado no número de votos obtidos, diferentemente da execução de emendas orçamentárias, que não demonstrou correlação com aumento no número de votos. Essa correlação evidencia que a variável “integra o mesmo partido do Prefeito” é mais significativa que a variável “execução das emendas orçamentárias”.

Outra Análise a ser feita é verificar a correlação entre o número de votos obtidos nos municípios em que o Parlamentar era do mesmo partido do prefeito e o número de votos de todos os dezoito municípios em que houve destinação de emendas (verificar tabelas 11 e 13). Considerando que o parlamentar é do PSB – Partido Socialista Brasileiro, é possível verificar que os votos recebidos nos municípios de Salgado, Pirambu, Poço Verde, Ribeirópolis e Campo do Brito (cujos prefeitos são do mesmo partido do parlamentar), configuraram votação expressiva contribuindo com 11.330 votos, no total de 21.091 votos recebidos nos dezoito municípios que tiveram destinação de emendas, correspondendo a 53,71% de todos os votos

recebidos pelo parlamentar nos dezoito municípios onde houve destinação de emendas orçamentárias.

Os outros 46,29% dos votos recebidos pelo parlamentar (9.761 votos), uma hipótese seria a coligação feita no Estado de Sergipe pelos partidos PT / PDT / PSB / PMDB / PC do B / PRP / PROS / PSD / PRB / PSDC. O fato de o Deputado Valadares Filho ter sido reeleito pelo Quociente Eleitoral e não pelos seus próprios votos corrobora a ideia da relevância dessa estratégia.

Por fim, a última Análise que poderia ser feita diz respeito ao fato de o parlamentar integrar a coalizão da candidata à Presidência da República, no caso, a candidata Dilma Rousseff. A primeira coalizão de sustentação do governo, período de 01/01/2011 a 01/03/2012 (ver Anexo II), era formada por PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP. No segundo período (de 02/03/2012 a 02/10/2013), entrou o PRB. No terceiro e último período (de 02/10/2013 a 31/12/2014), saiu o PSB da coalizão. Essa variável pode ter influenciado na reeleição do parlamentar, já que fazia parte de partido integrante da coalizão no período citado.

Portanto, é possível afirmar, no que toca à reeleição do parlamentar, que os partidos que comandaram as prefeituras e as coligações construídas entre esses partidos tiveram resultados mais expressivos que a execução das emendas parlamentares.

2.2.5. Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Márcio Macêdo

O Deputado Federal Marcio Macedo do Partido dos trabalhadores –PT assumiu o seu primeiro mandato em 01.02.2011 (54ª legislatura -2011-2015). Dentre todas as atividades legislativas desenvolvidas na 54ª legislatura, o parlamentar foi Vice-Líder do PT. No entanto, o parlamentar não foi reeleito.

A tabela 14 detalha os empenhos que foram feitos no período de 2011 a 2014, bem como a área de sua destinação, mostrando também os pagamentos realizados no mesmo período citado, assim como o número de votos obtidos em cada município.

TABELA 14
Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Márcio Macêdo (PT)

	Deputado MÁRCIO MACÊDO (Não foi reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 487.500,00	Aracajú	ESPORTE	NÃO	SIM	SIM	7.227	Não eleito	
2014	R\$ 487.500,00	Aracajú	TURISMO	NÃO	SIM	SIM			
2013	R\$ 250.000,00	Boquim	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH	NÃO	NÃO	SIM	181		
2013	R\$ 250.000,00	Campo do Brito	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM	84		
2012	R\$ 243.750,00	Canindé de São Francisco	ESPORTE	NÃO	NÃO	SIM	66		
2014	R\$ 292.500,00	Carmópolis	TURISMO	NÃO	SIM	SIM	215		
2014	R\$ 487.500,00	Carmópolis	TURISMO	NÃO	SIM	SIM			
2013	R\$ 243.750,00	Cumbe	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM	30		
2013	R\$ 245.850,00	Divina Pastora	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	93		

	Deputado MÁRCIO MACÊDO (Não foi reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 243.750,00	Divina Pastora	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2012	R\$ 290.000,00	Estância	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	NAÕ	SIM	1.874		
2013	R\$ 394.200,00	Estância	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 2.500.000,00	Estância	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 341.250,00	Itabaiana	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM	1.401		
2012	R\$ 196.000,00	Itabi	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM	880		
2012	R\$ 282.750,00	Itabi	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	SIM	NÃO	SIM			
2013	R\$ 300.000,00	Japaratuba	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	SIM	SIM	1.248		
2013	R\$ 295.300,00	Japaratuba	CIDADES	NÃO	SIM	SIM			

	Deputado MÁRCIO MACÊDO (Não foi reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 243.750,00	Japoatã	MINISTERIO DO DESENVOLVIM ENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM	27		
2013	R\$ 690.900,00	Maruim	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	1.041		
2014	R\$ 250.000,00	Maruim	MINISTERIO DO DESENVOLVIM ENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 245.850,00	Maruim	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 493.100,00	Neópolis	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	1.719		
2013	R\$ 292.500,00	Neópolis	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 250.000,00	Neópolis	MINISTERIO DO DESENVOLVIM ENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 245.850,00	Neópolis	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 243.750,00	Nossa Senhora da Glória	ESPORTE			SIM			
2013	R\$ 250.000,00	Nossa Senhora da Glória	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH	NÃO	SIM	SIM			

	Deputado MÁRCIO MACÊDO (Não foi reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 243.750,00	Nossa Senhora da Glória	ESPORTE	NÃO	SIM	SIM	2.577		
2014	R\$ 243.750,00	Nossa Senhora da Glória	TURISMO	NÃO	SIM	SIM			
2012	R\$ 391.233,00	Nossa Senhora do Socorro	CIDADES	SIM	NÃO	SIM	1.051		
2013	R\$ 295.300,00	Pacatuba	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM	68		
2013	R\$ 292.500,00	Pacatuba	ESPORTE	NÃO	NÃO	SIM			
2014	R\$ 493.100,00	Pacatuba	CIDADES	NÃO	NÃO	SIM			
2013	R\$ 500.000,00	Salgado	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM	879		
2014	R\$ 243.750,00	Santa Luzia do Itanhy	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM	266		
2013	R\$ 250.000,00	Santa Rosa de Lima	DESENVOLVIMENTO AGRARIO	NÃO	NÃO	SIM	54		
2013	R\$ 243.750,00	São	TURISMO	NÃO	NÃO	SIM	784		

Deputado MÁRCIO MACÊDO (Não foi reeleito)									
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
		Cristóvão							
2013	R\$ 292.500,00	Tobias Barreto	ESPORTE	Não	Sim	SIM	0		
2014	R\$ 487.500,00	Tobias Barreto	TURISMO	Não	Sim	SIM	0		
2013	R\$ 292.500,00	Tomar do Geru	TURISMO	Não	Não	SIM	399		
TOTAL	15.306.933,00						21.113		

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; e www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 14, dos vinte e três municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias pelo Dep. Marcio Macedo, apenas dois municípios tiveram emendas executadas (totalmente), totalizando o valor de R\$ 673.983,00, ou seja, apenas 4,40% do total destinado de R\$15.306.933,00 foi executado. Os municípios cujas emendas foram executadas são: 1) **Itabi** (R\$282.750,00), 2) **Nossa Senhora do Socorro** (R\$391.233,00). Esses municípios em que as emendas foram executadas foram responsáveis por 1.931 votos, ou seja, 9,14% do total de 21.113 votos recebidos pelo Deputado Márcio Macêdo nos vinte e três municípios em que foram destinadas emendas orçamentárias pelo parlamentar (Ver Tabela 14).

Em relação a percentuais, foram realizadas duas Análises. A primeira refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos dois municípios com emendas executadas em relação ao total de votos obtidos pelo parlamentar nos vinte e três municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias (Análise constante do parágrafo anterior).

A segunda Análise, constante da Tabela 15 e figura 8, refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos dois municípios com emendas executadas em relação ao total de votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos dois municípios com emendas executadas. Análisemos mais detidamente a relação entre execução de emendas e número de votos na Tabela 15:

Tabela 15

Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Márcio Macêdo (PT)

Município	Emenda foi executada?	Valor Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Itabi	Sim	R\$ 282.750,00	2.788	880
Nossa Senhora do Socorro	Sim	R\$ 391.233,00	63.324	1.051
Total de votos		673.983,00	66.112 votos	1.931 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br

O município que teve o maior volume de recursos de emenda executada foi Nossa Senhora do Socorro, com R\$ 391.233,00, portanto 58,04% do valor total das emendas executadas, sendo que o parlamentar recebeu 1.051 votos, equivalente a 54,42% do total dos votos dos dois municípios com emendas executadas (1.931 votos).

O segundo município a receber recursos foi Itabi, no montante de R\$ 282.750,00, ou seja, 41,95%, do total de emendas executadas. No entanto, o parlamentar recebeu apenas 880 votos, equivalente a 45,57% do total de votos dos municípios com emendas executadas.

Para possibilitar uma comparação adequada, como apenas dois municípios tiveram emendas executadas, escolhemos, para Análise, outros dois municípios com emendas não executadas, mas que tiveram o maior número de votos. São eles: **Aracajú** (7.227 votos) e **Nossa Senhora da Gloria** (2.577 votos).

Nesses dois municípios em que não houve execução de emendas, o parlamentar recebeu 9.804 votos, ou seja, 46,43% do total de 21.113 votos recebidos pelo Dep. Márcio Macêdo nos vinte e três municípios examinados, número bem superior ao total de votos recebidos pelo parlamentar nos municípios com emendas executadas, ou seja, 9,14% (verificar Tabelas 14 e 15).

Tabela 16
Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. Márcio Macêdo (PT)

Município	Emenda foi executada?	Valor não Executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Aracajú	Não	R\$ 975.000,00	254.944	7.227
Nossa Senhora da Gloria	Não	R\$ 981.250,00	17.107	2.577
Total de Votos		1.956.250,00	272.051	9.804

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

Comparando as Tabelas 15 e 16, é possível verificar que foi executada totalmente a emenda destinada ao município de Nossa Senhora do Socorro e Itabi. No entanto, não conseguiram êxito na execução das emendas os municípios de Aracajú e Nossa Senhora da Gloria.

Analisando a relação entre os votos nominais dados no município e os votos obtidos pelo parlamentar, verificou-se que nos municípios em que foram executadas emendas, a soma da votação nominal nos dois municípios totalizou 66.112 votos nominais (excluídos os votos de legenda), mas o Dep. Márcio Macêdo recebeu apenas 1.931 votos, equivalente a 2,92% do total de votos nominais, percentual muito baixo (ver Tabela 15 e Figura 8).

Já nos municípios em que não houve execução de emendas, a soma da votação nominal nos dois municípios totalizou 272.051 votos, e o Dep. Márcio Macêdo recebeu 9.804 votos, equivalente a 3,60% do total de votos nominais, percentual superior ao encontrado em relação aos municípios em que houve execução de emendas, embora a diferença tenha sido pequena. (ver Tabela 16 e Figura 8)

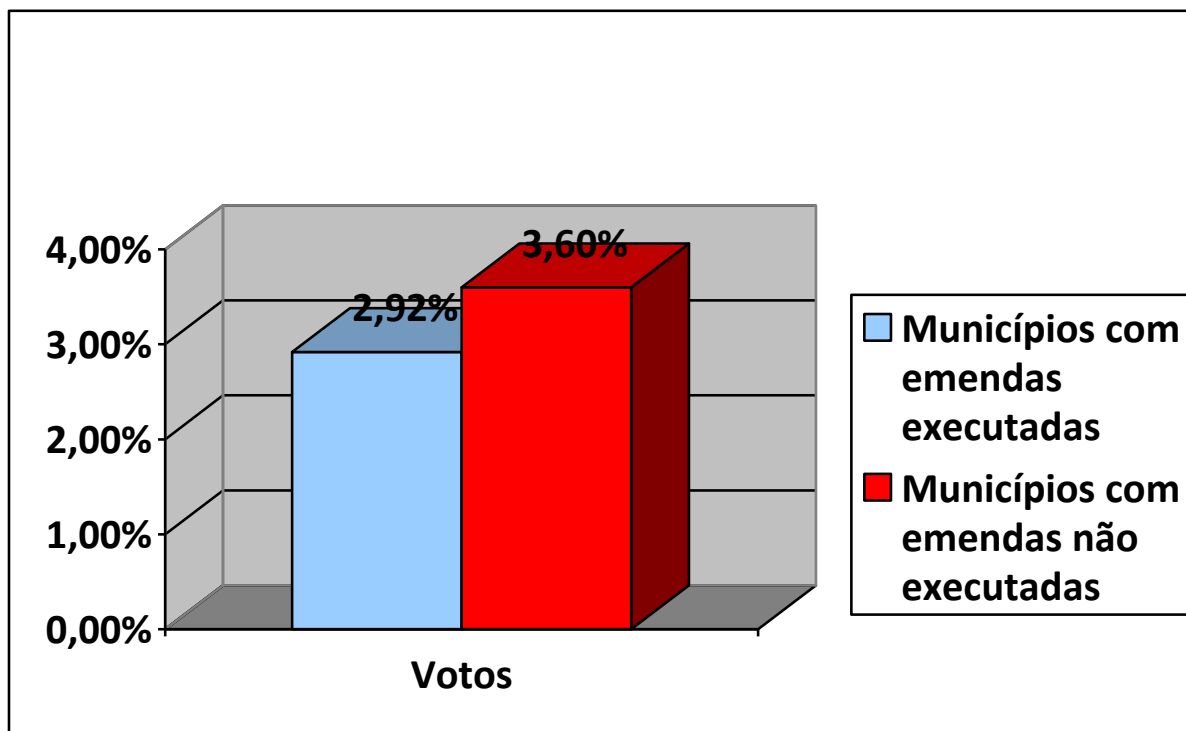


Figura 8: Percentual total de votos obtidos nos 2 municípios onde o Deputado Márcio Macêdo teve as emendas executadas e nos 2 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município

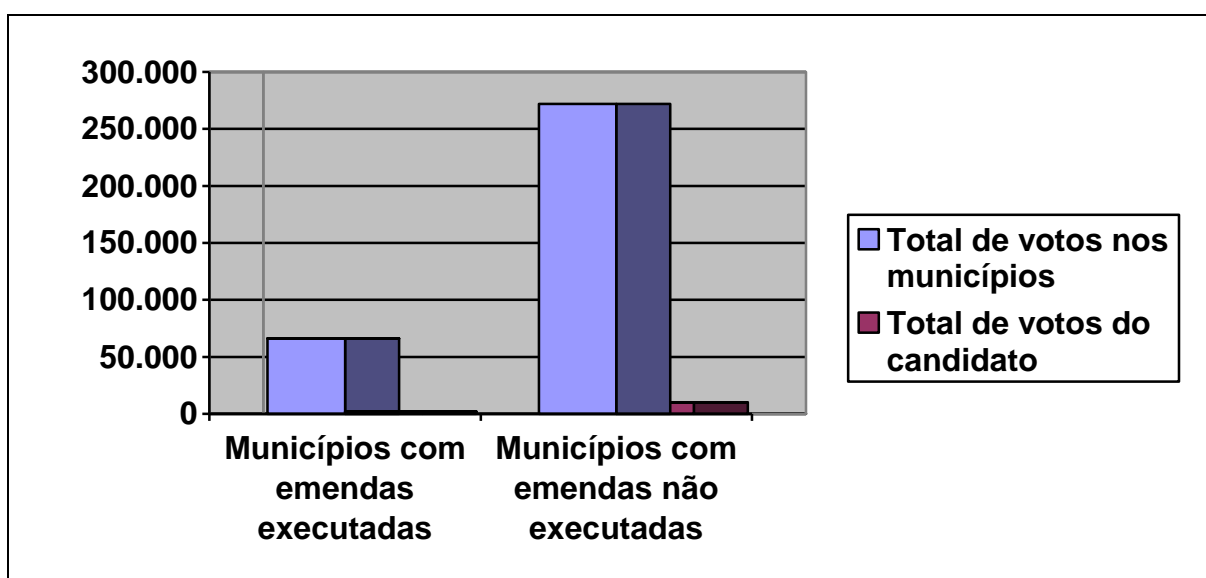


Figura 9– Total de votos obtidos nos 2 municípios onde o Deputado Márcio Macêdo teve as emendas executadas e nos 2 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município

Pela Análise acima, conclui-se que o fato de as emendas haverem sido executadas não significou um número expressivo de votos. E, em sentido contrário, o fato de as emendas não haverem sido executadas não significou um número reduzido de votos. Logo, não se

comprovou, no presente estudo de caso, haver correlação entre as emendas executadas e o aumento no número de votos, embora os deputados utilizem o recurso de emendas individuais na busca de benefícios para os municípios com vistas à obtenção de votos para uma possível reeleição.

Dessa forma, não restou comprovado, neste estudo de caso, que o volume de recursos oriundos de emendas parlamentares executadas é determinante no quantitativo de votos recebidos pelo parlamentar, influenciando a sua reeleição.

Diante da não comprovação da hipótese neste estudo de caso, procuramos verificar outras variáveis que poderiam ter influenciado o quantitativo de votos do Parlamentar. Como não houve correlação entre as emendas executadas e o número total de votos, procurou-se analisar se houve correlação entre o fato de o parlamentar integrar o partido/coligação do prefeito no município e o número de votos obtidos.

Tabela 17

Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Márcio Macêdo (PT)

Município	Prefeito/Partido	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Nossa Senhora da Glória	PT	Sim	17.107	2.577
TOTAL			17.107	2.577
Aracaju	DEM	Não	254.944	7.227
Itabi	PSD	Não	2.788	880
Nossa Senhora do Socorro	PDT	Não	63.324	1051
TOTAL			321.056 votos	9.158 votos

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 17, verificou-se que nos municípios em que o Dep. Márcio Macêdo integrava o mesmo partido do Prefeito, a votação foi mais significativa. Numa soma total de 17.107 votos nominais totalizados no município de Nossa Senhora da Glória, o Parlamentar recebeu 2577 votos, ou seja, 15,06% de todos os votos daqueles municípios. Já nos municípios em que o parlamentar não integrava o partido do Prefeito (Itabi, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju), numa soma total de 321.056 votos, o parlamentar obteve 9158 votos, totalizando 2,85% de todos os votos daqueles municípios, percentual bem menor. (ver Figura 10).

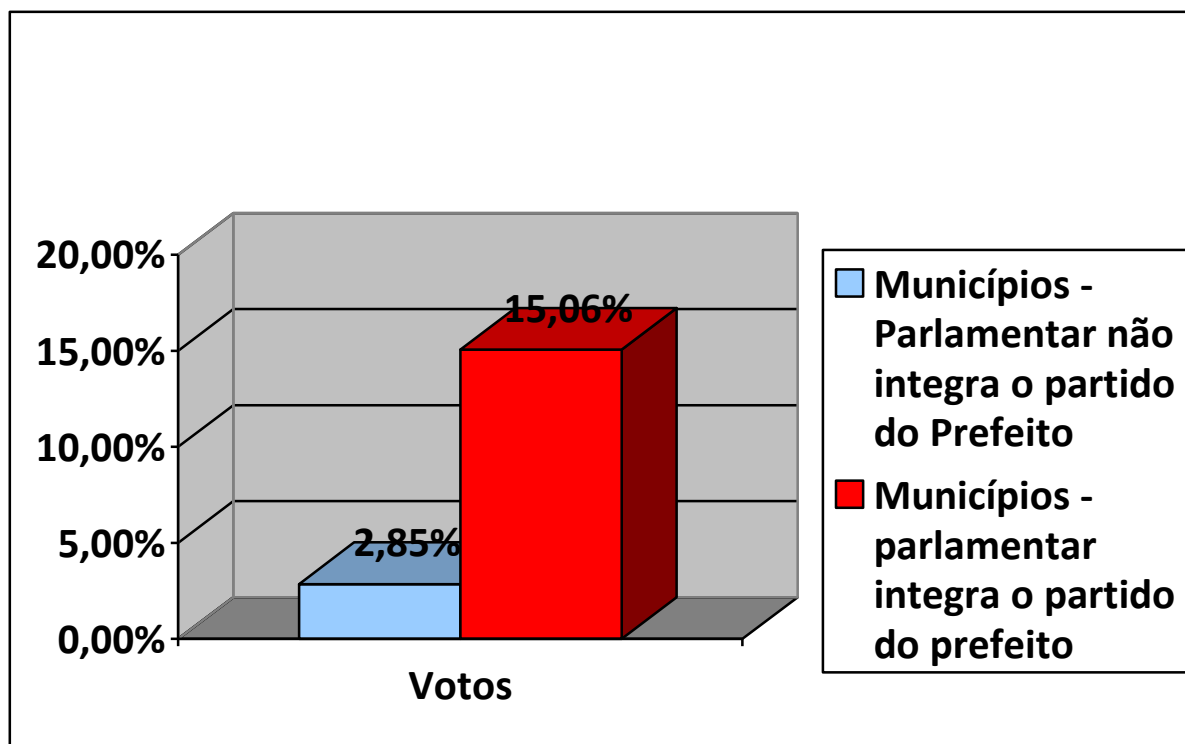


Figura 10: Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado Márcio Macêdo integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito

Logo, verificou-se que o fato de o parlamentar integrar o mesmo partido do Prefeito pode ter influenciado no número de votos obtidos, diferentemente da execução de emendas orçamentárias, que não demonstrou correlação com aumento no número de votos. Essa correlação evidencia que a variável “integra o mesmo partido do Prefeito” é mais significativa que a variável “execução das emendas orçamentárias”.

Outra Análise a ser feita é verificar a correlação entre o número de votos obtidos nos municípios em que o Parlamentar era do mesmo partido do Prefeito e o número de votos de todos os vinte e três municípios em que houve destinação de emendas (verificar tabelas 14 e 17). Considerando que o parlamentar é do PT – Partido dos trabalhadores, é possível verificar que os votos recebidos no município de Nossa Senhora da Glória (cujos prefeitos são do mesmo partido do Parlamentar), configuraram votação expressiva, contribuindo com 2.577 votos, no total de 21.113 votos recebidos nos vinte e três municípios que tiveram destinação de emendas, correspondendo a 12,20% de todos os votos recebidos pelo parlamentar nos vinte e três municípios onde houve destinação de emendas orçamentárias. Quanto aos outros 87,80% dos votos recebidos pelo parlamentar (18.536 votos), uma hipótese seria a coligação feita no Estado de Sergipe pelos partidos PT / PDT / PSB / PMDB / PC do B / PRP / PROS /

PSD / PRB / PSDC. No entanto, nenhuma das duas estratégias foi suficiente, pois o Dep. Márcio Macêdo não foi reeleito, nem pelo Quociente Eleitoral, nem pelos seus próprios votos.

Por fim, a última Análise que poderia ser feita diz respeito ao fato de o parlamentar integrar a coalizão da candidata à Presidência da República, no caso, a candidata Dilma Rousseff. A primeira coalizão de sustentação do governo, período de 01/01/2011 a 01/03/2012 (ver Anexo II), era formada por PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT – PP. No segundo período (de 02/03/2012 a 02/10/2013), entrou o PRB. No terceiro e último período (de 02/10/2013 a 31/12/2014), saiu o PSB da coalizão. O parlamentar fazia parte do partido integrante da coalizão no período, no entanto, essa estratégia não foi suficiente, pois não houve a reeleição parlamentar.

2.2.6. Análise das emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. Mendonça Prado.

O Deputado Federal Mendonça Prado do partido dos Democratas - DEM, foi Deputado federal por três legislaturas consecutivas: 52^a legislatura (2003-2007), 53^a Legislatura (2007-2011) e 54^a legislatura (2011-2015). Dentre todas as atividades legislativas desenvolvidas na 54^a Legislatura, o parlamentar foi Vice-Líder do DEM, Vice-Líder da Minoria e Coordenador do DEM; integrou ainda as Comissões de Orçamento e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A tabela 18 detalha os empenhos que foram feitos no período de 2011 a 2014, bem como a área de sua destinação, mostrando também os pagamentos realizados no mesmo período citado, assim como o número de votos em cada município.

TABELA 18
Emendas individuais apresentadas pelo Dep. Mendonça Prado (DEM)

	Deputado MENDOÇA PRADO (Não foi reeleito)								
Ano	Valores	Município(s)	Área de destinação	A emenda foi executada?	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	O Dep. Integra partido que faz parte da Coalizão de Governo do Presidente da República?	Número de votos no Município	O Dep. foi reeleito?	
								Próprios votos	Quociente Eleitoral
2014	R\$ 686.000,00	Aracajú	ESPORTE	NÃO	SIM	NÃO	20.340	Não eleito	
2014	R\$ 1.976.600,00	Estância	CIDADES	NÃO	SIM	NÃO	1.068		
2012	R\$ 390.000,00	Frei Paulo	AGRICULTURA	R\$ 195.000,00	SIM	NÃO	2.109		
2012	R\$ 487.500,00	Frei Paulo	ESPORTE	NÃO	SIM	NÃO			
2012	R\$ 731.250,00	Frei Paulo	ESPORTE	NÃO	SIM	NÃO			
2014	R\$ 394.200,00	Frei Paulo	CIDADES	NÃO	SIM	NÃO			
2014	R\$ 250.000,00	Neópolis	CULTURA	NÃO	NÃO	NÃO	342		
2014	R\$ 245.850,00	Pedra Mole	CIDADES	NÃO	SIM	NÃO	39		
2014	R\$ 195.000,00	Ribeirópolis	ESPORTE	NÃO	NÃO	NÃO	316		
2014	R\$ 245.850,00	Telha	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO	53		
2014	R\$ 295.300,00	Telha	CIDADES	NÃO	NÃO	NÃO			
2012	R\$ 682.500,00	Tobias Barreto	TURISMO	R\$ 341.250,00	NÃO	NÃO	1.565		
TOTAL	6.580.050,00						25.832		

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; e www.tse.jus.br.

Analisando a Tabela 18, dos oito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias pelo Dep. Mendonça Prado, apenas dois municípios tiveram emendas executadas, parcialmente, totalizando o valor de R\$ 536.250,00, ou seja, apenas 8,14% do total destinado de R\$ 6.580.050,00 foi executado. Os municípios cujas emendas foram executadas são: 1) **Frei Paulo** (R\$195.000,00) e 2) **Tobias Barreto** (R\$ 341.250,00). Esses municípios em que as emendas foram executadas foram responsáveis por 3.674 votos, ou seja, 14,22% do total de 25.832 votos recebidos pelo deputado Mendonça Prado nos oito municípios em que o Parlamentar fez destinação de emendas orçamentárias (Ver Tabela 18).

Em relação a percentuais, foram realizadas duas Análises. A primeira refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos dois municípios com emendas executadas em relação ao total de votos obtidos pelo parlamentar nos oito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias. A segunda Análise, constante da tabela 19, refere-se à relação entre o total de votos obtidos pelo parlamentar nos dois municípios com emendas executadas em relação ao total de votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos dois municípios com emendas executadas. Analisemos mais detidamente a relação entre execução de emendas e número de votos na Tabela 19:

Tabela 19
Relação entre emendas executadas e votação por município: Dep. Mendonça Prado (DEM)

Município	Emenda foi executada?	Valor executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Frei Paulo	Sim, parcialmente	195.000,00	7.209	2.109
Tobias Barreto	Sim, parcialmente	341.250,00	24.308	1.565
Total de votos		536.250,00	31.517	3.674

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

O município que teve o maior volume de recursos de emenda executada foi **Tobias Barreto**, com R\$ 341.250,00, portanto 63,63% do valor total das emendas executadas, sendo que o parlamentar recebeu 1.565 votos, equivalente a 42,59% do total dos votos dos dois municípios com emendas executadas (dos 3674 votos). O segundo município a receber recursos foi Frei Paulo, no montante de R\$ 195.000,00, ou seja, 36,36% do total de emendas executadas. No entanto, o parlamentar recebeu mais votos, ou seja, 2.109 votos, equivalente a 57,40% do total de votos dos municípios com emendas executadas.

É importante destacar que esses municípios tiveram emendas executadas parcialmente. Conclui-se, portanto, que nos dois municípios em que as emendas foram executadas não houve, na maioria deles, uma relação percentual equivalente entre o valor das emendas liberadas e o número de votos obtidos.

Para possibilitar uma comparação adequada, como apenas 2 municípios tiveram emendas executadas, escolhemos, para Análise, outros 2 municípios com emendas não executadas, mas que tiveram o maior número de votos. São eles: **Aracajú** (20.340 votos) e **Estância** (1.068 votos). Nesses dois municípios em que não houve execução de emendas, o parlamentar recebeu 21.408 votos, ou seja, 82,87% do total de 25.832 votos recebidos pelo Dep. Mendonça Prado nos oito municípios examinados em que houve destinação de emendas, número bem superior ao total de votos recebidos pelo parlamentar nos municípios com emendas executadas (17,13%). (Verificar Tabelas 19 e 20).

Tabela 20

Relação entre emendas não executadas e votação por município: Dep. Mendonça Prado (DEM)

Município	Emenda foi executada?	Valor não executado (R\$)	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Aracajú	Não	686.000,00	254.944	20.340
Estância	Não	1.976.600,00	26.047	1.068
Total de Votos		2.662.600,00	280.991	21.408

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

Comparando as Tabelas 19 e 20, é possível verificar que foram executadas parcialmente as emendas destinadas aos municípios de Frei Paulo e Tobias Barreto. No entanto, não conseguiram êxito na execução das emendas os municípios de Aracajú e Estância. Analisando a relação entre os votos nominais dados nos municípios e os votos obtidos pelo parlamentar, verificou-se que nos municípios em que foram executadas emendas, a soma da votação nominal nos dois municípios totalizou 31.517 votos nominais (excluídos os votos de legenda), e o Dep. Mendonça Prado recebeu 3.674 votos, equivalente a 11,65% do total de votos nominais. (Ver Tabela 19).

Já nos municípios em que não houve execução de emendas, a soma da votação nominal nos dois municípios totalizou 280.991 votos nominais, e o Dep. Mendonça Prado recebeu 21.408 votos, equivalente a 7,61% do total de votos nominais, percentual menor ao encontrado em relação aos municípios em que houve execução de emendas.

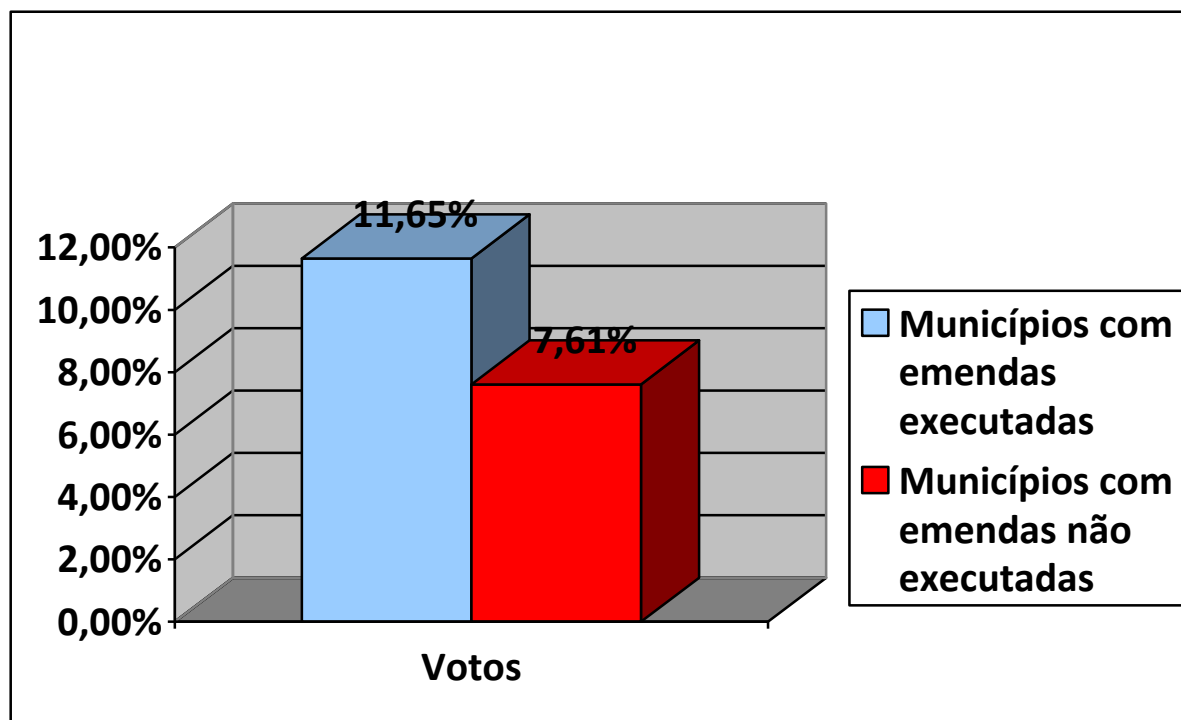


Figura 11: Percentual total de votos obtidos nos 2 municípios onde o Deputado Mendonça Prado teve as emendas executadas e nos 2 municípios onde as emendas não foram executadas em relação à soma do total da votação nominal de cada Município

Pela Análise acima, conclui-se que o fato de as emendas haverem sido executadas significou um número maior de votos que o fato de as emendas não haverem sido executadas, proporcionalmente ao total de votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral, descontados os votos de legenda (11,65% nas emendas executadas contra 7,61% nas emendas não executadas). Esse resultado diverge do resultado encontrado na Análise anterior, entre o número de votos recebidos pelo parlamentar nos dois municípios em que não houve execução de emendas em relação ao número de votos recebidos pelo parlamentar nos oito municípios em que houve destinação de emendas (82,87% de votos nos dois municípios em que não houve execução de emendas contra 14,22% nos dois municípios em que houve execução de emendas em relação ao total de votos recebidos nos oito municípios).

Logo, neste estudo de caso, das duas Análises efetuadas, na primeira não se comprovou haver correlação entre as emendas executadas e o aumento no número de votos. Ao contrário, nos dois municípios analisados em que não houve execução de emendas, o total de votos recebidos pelo parlamentar alcançou surpreendentes 82,87% de todos os votos recebidos pelo Deputado em todos os oito municípios em que houve destinação de emendas. No entanto, na segunda Análise, houve correlação entre a execução de emendas e o aumento no número de votos obtidos, embora a diferença tenha sido pequena (11,65% contra 7,61%)

Diante da divergência de resultados, procuramos verificar outras variáveis que poderiam ter influenciado o quantitativo de votos do Parlamentar, procurou-se analisar se houve correlação entre o fato de o parlamentar integrar o partido/coligação do prefeito no município e o número de votos obtidos.

Tabela 21
Relação entre partido do prefeito e votação por município: Dep. Mendonça Prado (DEM).

Município	Prefeito/Partido	O Dep. integra o mesmo partido do Prefeito?	Total de votos nominais no município	Total de votos do candidato
Aracajú	DEM	Sim	254.944	20.340
Estância	DEM	Sim	26.047	1.068
Frei Paulo	DEM	Sim	7.209	2.109
TOTAL			288.200	23.517
Tobias Barreto	PT	Não	24.308	1.565
TOTAL			24.308	1.565

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Siga Brasil; Siconv; site www.siafi.gov.br; www.tse.jus.br.

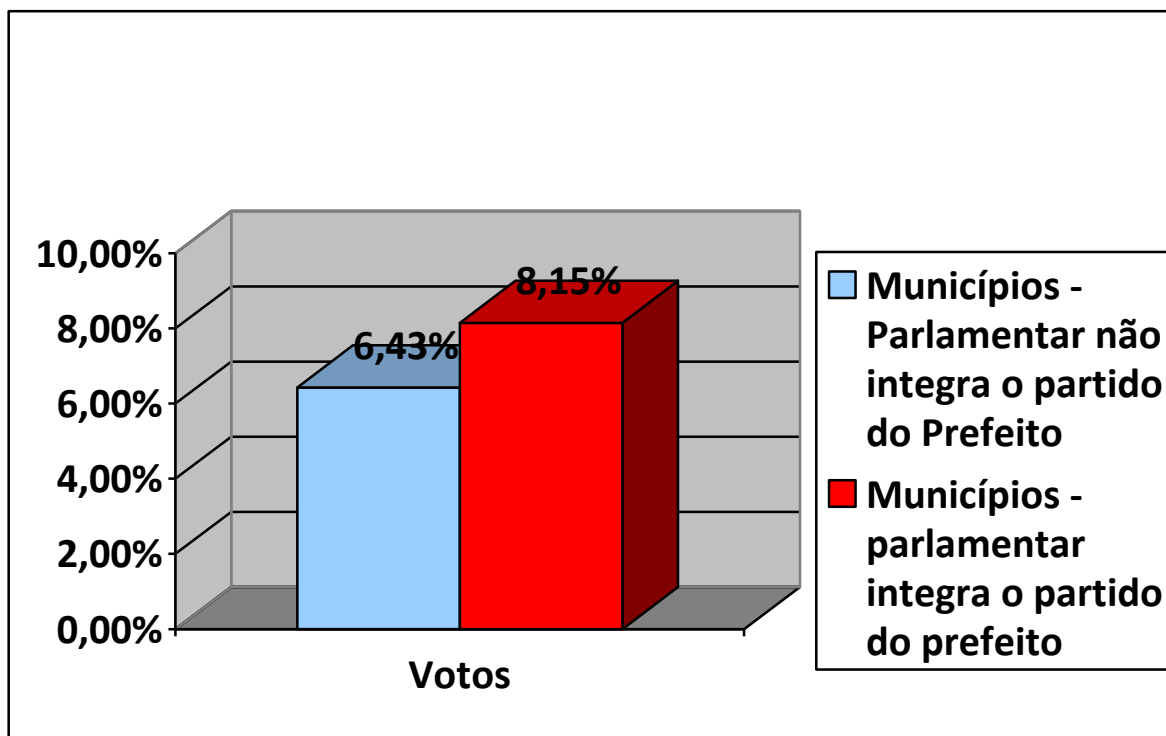


Figura 12: Percentual total de votos obtidos nos municípios onde o Deputado Mendonça Prado integrava o mesmo partido do Prefeito e nos municípios onde o parlamentar não integrava o mesmo partido do Prefeito

Analisando a Tabela 21 e a Figura 12, verificou-se que nos municípios em que o Dep. Mendonça Prado integrava o mesmo partido do Prefeito, a votação foi mais significativa. Numa soma total de 288.200 votos nominais totalizados nos municípios de

Aracajú, Estância e Frei Paulo, o Parlamentar recebeu 23.517 votos, ou seja, 8,15% de todos os votos daqueles municípios. Já no município em que o parlamentar não integrava o partido do Prefeito (Tobias Barreto), numa soma total de 24.308 votos, o parlamentar obteve apenas 1.565 votos, totalizando 6,43% de todos os votos daquele município, percentual menor. Logo, verificou-se que o fato de o parlamentar integrar o mesmo partido do Prefeito pode ter influenciado no número de votos obtidos.

No entanto, neste estudo de caso, diferentemente das análises anteriores, a execução de emendas orçamentárias mostrou correlação apenas numa das análises, em três realizadas: a) houve correlação entre a execução de emendas e o aumento no número de votos obtidos, embora a diferença tenha sido pequena, quando a análise foi feita tomando os votos obtidos pelo parlamentar nos dois municípios com e sem emendas executadas e comparando-os com valor total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos dois municípios com e sem emendas executadas (11,65% contra 7,61%); b) não houve correlação entre a execução de emendas e o aumento no número de votos obtidos, quando a análise foi feita tomando os votos obtidos pelo parlamentar nos dois municípios com e sem emendas executadas e comparando-os com o valor total dos votos nominais obtidos pelo parlamentar nos oito municípios em que houve destinação de emendas (82,87% contra 14,22%); c) houve correlação entre o fato de o parlamentar integrar o partido do prefeito e o aumento no número de votos obtidos, quando a Análise foi feita tomando os votos obtidos pelo parlamentar nos municípios com e sem emendas executadas (8,15% contra 6,43%).

Outra Análise a ser feita é verificar a correlação entre o número de votos obtidos nos municípios em que o parlamentar era do mesmo partido do prefeito e o número de votos de todos os oito municípios em que houve destinação de emendas (verificar tabelas 18 e 21). Considerando que o parlamentar é do DEM – Partido dos Democratas, é possível verificar que os votos recebidos nos municípios de Aracajú, Estância e Frei Paulo (cujos prefeitos são do mesmo partido do parlamentar), configuraram votação expressiva contribuindo com 23.517 votos, no total de 25.832 votos recebidos nos oito municípios que tiveram destinação de emendas, correspondendo a 91,03% de todos os votos recebidos pelo parlamentar nos oito municípios onde houve destinação de emendas orçamentárias.

Quanto aos outros 8,97% de votos recebidos pelo parlamentar (2315 votos), uma hipótese seria a coligação feita no Estado de Sergipe pelos partidos (PP / PTB / PSL / PSC / PR / PPS / DEM / PHS / PTC / PV / PSDB / PEN / PT do B / SD). No entanto, nenhuma das duas

estratégias foi suficiente, pois o Dep. Mendonça Prado não foi reeleito, nem pelo Quociente Eleitoral, nem pelos seus próprios votos.

Por fim, a última Análise que poderia ser feita diz respeito ao fato de o parlamentar integrar a coalizão da candidata à Presidência da República, no caso, a candidata Dilma Rousseff. A primeira coalizão de sustentação do governo, período de 01/01/2011 a 01/03/2012 (ver Anexo II), era formada por PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT – PP. No segundo período (de 02/03/2012 a 02/10/2013), entrou o PRB. No terceiro e último período (de 02/10/2013 a 31/12/2014), saiu o PSB da coalizão. No entanto, o parlamentar não integrou, em qualquer dos períodos, partido da coalizão, motivo pelo qual esta Análise fica prejudicada. (Ver quadros constantes dos Anexos I e II).

CONCLUSÃO

Esta monografia buscou analisar a influência da execução de emendas orçamentárias na reeleição dos Deputados Federais do Estado de Sergipe. O Estado tem direito a oito deputados federais, mas apenas seis parlamentares foram analisados, porque foram os únicos que participaram da 54ª Legislatura e concorreram à reeleição.

Para possibilitar a pesquisa, tratou-se no capítulo 1 de analisar as teorias de organização e comportamento legislativo, buscando compreender o comportamento parlamentar na destinação e execução de emendas orçamentárias. Seguiu-se a Análise do sistema político brasileiro e o funcionamento do “Presidencialismo de Coalizão”, além do funcionamento do sistema orçamentário.

No capítulo 2, foram realizados seis estudos de caso, analisando todas as emendas apresentadas pelos seis deputados federais que se candidataram à reeleição pelo Estado de Sergipe no ano de 2014.

No primeiro estudo de caso, analisaram-se as emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. **André Moura**. Dos vinte e oito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias, apenas em seis municípios as emendas foram executadas, o que rendeu ao parlamentar apenas 6,51% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios examinados. Analisando outros seis municípios em que as emendas não foram executadas, verificou-se que o parlamentar recebeu 23,21% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios examinados. Logo, o fato de as emendas terem sido executadas não correspondeu a um número de votos significativo. Em face da não comprovação da correlação entre execução de emendas e votos, verificou-se se nesses municípios examinados o parlamentar fazia parte do mesmo partido do prefeito. Nesta Análise, a correlação foi mais significativa que nas hipóteses anteriores, pois nos municípios em que o parlamentar fazia parte do partido do prefeito, obteve 22,31% dos votos nominais recebidos, enquanto nos municípios em que não integrava o partido do prefeito, o parlamentar recebeu 7,66% dos votos nominais.

No segundo caso, analisaram-se as emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. **Fabio Reis**. Das oito emendas apresentadas nenhuma foi executada. Dessa forma, a pesquisa ficou prejudicada neste estudo de caso, pois não há possibilidade de se fazer uma comparação adequada entre os municípios, já que o parlamentar não teve emendas executadas no período

em Análise. É importante destacar que mesmo não tendo emenda executada, o parlamentar foi reeleito, deixando claro que a execução de emendas, neste caso, não teve influência na reeleição do parlamentar.

No terceiro estudo de caso, analisaram-se as emendas orçamentárias apresentadas pelo **Dep. Laercio Oliveira**. Dos dezesseis municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias, apenas em oito as emendas foram executadas, o que rendeu ao parlamentar 10,45% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios examinados. Analisando outros oito municípios em que as emendas não foram executadas, verificou-se que o parlamentar recebeu 9,78% do total dos votos nominais. Neste caso, embora o percentual de votos nos municípios com emendas executadas tenha sido maior, a diferença com o percentual verificado nos municípios em que não houve execução de emendas foi menor que 1%, demonstrando que o fato de as emendas haverem sido executadas não significou um número expressivo de votos e, em sentido contrário, o fato de as emendas não haverem sido executadas não significou um número reduzido de votos. Portanto, pode se afirmar que não se comprovou, no presente estudo de caso, haver correlação entre as emendas executadas e o aumento no número de votos, pois a diferença foi menos de 1%. Em face disso, procurou-se verificar outras variáveis que poderiam ter influenciado o quantitativo de votos do parlamentar, como o fato de o parlamentar integrar o partido do prefeito. No entanto, esta Análise restou prejudicada, pois o parlamentar não integrou partido do prefeito em nenhum dos municípios analisados.

No quarto estudo de caso, analisaram-se as emendas orçamentárias apresentadas pelo **Dep. Valadares Filho**. Dos dezoito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias, apenas em cinco municípios as emendas foram executadas, o que rendeu ao parlamentar apenas 14,60% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios examinados. Analisando outros cinco municípios em que as emendas não foram executadas, verificou-se que o parlamentar recebeu 22,17% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios examinados. Logo, o fato de as emendas haverem sido executadas não correspondeu a um número de votos significativo. Em face da não comprovação da correlação entre execução de emendas e votos, verificou-se se nesses municípios examinados o parlamentar fazia parte do mesmo partido do prefeito. Nesta Análise, a correlação foi mais significativa que nas hipóteses anteriores, pois nos municípios em que o parlamentar fazia parte do partido do prefeito, obteve 26,62% dos votos nominais,

enquanto nos municípios em que não integrava o partido do prefeito, o parlamentar recebeu 10,98% dos votos nominais recebidos.

No quinto estudo de caso, analisaram-se as emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. **Márcio Macêdo**. Dos vinte e três municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias, apenas em dois municípios as emendas foram executadas, o que rendeu ao parlamentar apenas 2,92% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios examinados. Analisando outros dois municípios em que as emendas não foram executadas, verificou-se que o parlamentar recebeu 3,60% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios examinados. Logo, o fato de as emendas terem sido executadas não correspondeu a um número de votos significativo. Em face da não comprovação da correlação entre execução de emendas e votos, verificou-se se nesses municípios examinados o parlamentar fazia parte do mesmo partido do prefeito. Nesta Análise, a votação foi mais significativa que nos municípios que tiveram emendas executadas, pois nos municípios em que o parlamentar fazia parte do partido do prefeito, obteve 15,06% dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral, enquanto nos municípios em que não integrava o partido do prefeito, o parlamentar recebeu 2,85% dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral. Dessa forma, verificou-se que o fato de o parlamentar integrar o mesmo partido do prefeito pode ter influenciado no número de votos obtidos pelo parlamentar. No entanto, essa estratégia não foi suficiente, pois o parlamentar não foi reeleito.

No sexto e último estudo de caso, analisaram-se as emendas orçamentárias apresentadas pelo Dep. **Mendonça Prado**. Dos oito municípios em que houve destinação de emendas orçamentárias, apenas em dois municípios as emendas foram executadas, o que rendeu ao parlamentar 11,65% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral nos municípios analisados. Analisando outros dois municípios em que as emendas não foram executadas, verificou-se que o parlamentar recebeu 7,61% do total dos votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral. Conclui-se que o fato de as emendas terem sido executadas significou um número maior de votos que o fato de as emendas não terem sido executadas, proporcionalmente ao total de votos nominais apurados pela Justiça Eleitoral, descontados os votos de legenda (11,65% nas emendas executadas contra 7,61% nas emendas não executadas). Esse resultado diverge do resultado encontrado em outra Análise anterior, entre o número de votos recebidos pelo parlamentar nos dois municípios em que não houve execução de emendas em relação ao número de votos recebidos pelo parlamentar nos oito municípios em que houve destinação de emendas (82,87% de votos nos dois municípios em que não

houve execução de emendas contra 14,22% nos dois municípios em que houve execução de emendas em relação ao total de votos recebidos nos oito municípios).

Logo, neste estudo de caso, das duas Análises efetuadas, na primeira não se comprovou haver correlação entre as emendas executadas e o aumento no número de votos. Ao contrário, nos dois municípios analisados em que não houve execução de emendas, o total de votos recebidos pelo parlamentar alcançou surpreendentes 82,87% de todos os votos recebidos pelo Deputado em todos os oito municípios em que houve destinação de emendas. No entanto, na segunda Análise, houve correlação entre a execução de emendas e o aumento no número de votos obtidos, embora a diferença tenha sido pequena (11,65% contra 7,61%)

Diante da divergência de resultados, procuramos verificar outras variáveis que poderiam ter influenciado o quantitativo de votos do Parlamentar. Como não houve correlação entre as emendas executadas e o número total de votos, procurou-se analisar se houve correlação entre o fato de o parlamentar integrar o partido/coligação do prefeito no município e o número de votos obtidos. Nesta Análise, a correlação foi mais significativa que nas hipóteses anteriores, pois nos municípios em que o parlamentar fazia parte do partido do prefeito, obteve 8,15% dos votos nominais recebidos nos municípios em que o parlamentar fazia parte do partido do prefeito contra 6,43% dos votos nominais recebidos nos municípios em que o parlamentar não integrava o partido do prefeito. No entanto, essa estratégia não foi suficiente, pois o parlamentar não foi reeleito.

Nos seis casos examinados, apenas em um caso não houve emendas executadas, o do **Dep. Fabio Reis**, e mesmo assim o deputado foi reeleito. Nos cinco restantes, em dois casos, do **Dep. Laercio Oliveira** e do **Dep. Mendonça Prado**, verificou-se haver correlação entre as emendas executadas e o número de votos, mas a diferença foi muito pequena: no caso do Dep. Laercio Oliveira, 10,45% nos municípios com execução contra 9,78% nos municípios que não houve execução de emendas, e no caso do Dep. Mendonça Prado, 11,65% nos municípios com execução contra 7,61% nos municípios que não houve execução.

Nos outros três casos, **André Moura** (23,21% nos municípios sem execução de emendas contra 6,51% nos municípios com execução), **Valadares Filho** (22,17% nos municípios sem execução de emendas contra 14,60% nos municípios com execução), e **Márcio Macêdo** (3,60% nos municípios sem execução de emendas contra 2,02% nos municípios com execução), não houve correlação entre execução de emendas e número de votos, sendo que nos dois primeiros casos a diferença foi substancial.

De outra parte, examinando a correlação no que se refere ao fato de o parlamentar integrar o partido do prefeito, apenas em um caso (Deputado Laercio Oliveira) não se comprovou haver correlação com o fato de o parlamentar fazer parte do partido do prefeito, em face de o parlamentar não haver integrado o partido dos prefeitos dos municípios examinados. Nos outros quatro casos, verificou-se que o fato de o parlamentar integrar o partido do prefeito foi significativo para a votação obtida. O Deputado **André Moura** recebeu 22,31% dos votos nos municípios em que integrava o partido do prefeito contra 7,66% dos votos nos municípios em que não integrava o partido do prefeito. O Deputado **Valadares Filho** recebeu 26,62% dos votos nos municípios em que integrava o partido do prefeito contra 10,98% nos municípios em que não integrava o partido do prefeito. O Deputado **Márcio Macêdo** recebeu 15,06% dos votos nos municípios em que integrava o partido do prefeito contra 2,85% dos votos nos municípios em que não integrava o partido do prefeito. O Deputado **Mendonça Prado** recebeu 8,15% dos votos nos municípios em que integrava o partido do prefeito contra 6,43% dos votos nos municípios em que não integrava o partido do prefeito.

Ao analisar as emendas destinadas e executadas por cada parlamentar para os municípios, verificou-se que essa política distributivista não significou um número expressivo de votos. Logo, não se comprovou, no presente estudo de caso, haver correlação entre as emendas executadas e o aumento no número de votos e a consequente reeleição do parlamentar. Entretanto, a Análise da variável “integra o partido do Prefeito” foi mais significativa que a variável “execução de emendas orçamentárias”, conquanto essa estratégia não tenha sido suficiente nos casos dos Dep. Márcio Macêdo e Mendonça Prado, necessitando assim de novas Análises de outras variáveis que podem ter influenciado os resultados.

Como contraponto a esse ponto de vista, LIMONGI (1994, p.8) afirma que o caráter motivador dos parlamentares é a reeleição e, por isso, suas ações se voltam para políticas distributivistas, ou seja, os parlamentares estão motivados a praticar políticas direcionadas à geração de benefícios para sua base eleitoral e focam nos benefícios que lhe assegurem visibilidade e reconhecimento junto aos seus eleitores.

Figueiredo e Limongi afirmam, de outra parte, que a liberação de verbas orçamentárias parte do princípio de que os parlamentares e o executivo têm agendas próprias e inteiramente divergentes. A execução de emendas parlamentares seria uma concessão do Executivo, um custo expresso no direcionamento de recursos que seriam usados para implementar sua

própria agenda. O ponto de partida desse raciocínio é o da separação e consequente conflito entre os poderes, conflito esse, pode-se afirmar, de soma zero, na medida em que as agendas são independentes e ditadas pela CONEXÃO ELEITORAL, isto é, pelos vínculos específicos de cada um dos poderes com o eleitorado. A divergência entre esses dois poderes surge na alocação de recursos para programas distintos. Nesse sentido, os legisladores são tratados como se tivessem interesses semelhantes. (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2008, P. 151).

Pereira e Rennó, em seu artigo “O que é que o reeleito tem? O esboço de uma teoria da Reeleição no Brasil” trazem outras hipóteses que podem influenciar na reeleição dos deputados como a capacidade do Executivo de influenciar nas eleições legislativas, que varia e depende das características particulares das eleições presidenciais. A conexão eleitoral é condicionada, no Brasil, pelo Executivo, mas o impacto deste último varia conforme as características daquele que exerce o cargo, por exemplo, presidentes populares e diretamente envolvidos no processo eleitoral aumentam as chances de reeleição de seus aliados na Câmara. Na falta de um presidente com essas características, outros fatores, principalmente referentes à competitividade das eleições legislativas, passam a ser ainda mais influentes no sucesso eleitoral dos parlamentares candidatos à reeleição. Logo, uma teoria sobre reeleição para deputados federais no Brasil deve levar em consideração as características das eleições presidenciais. (PEREIRA; RENNÓ, 2007, P. 664).

Concluindo, o resultado da presente pesquisa foi o seguinte: o estudo demonstrou a pouca importância das indicações e execução das emendas orçamentárias para os municípios e prefeituras e o fato de que elas pouco influenciaram na reeleição do parlamentar. Mais importante que a apresentação de emendas é a liberação de recursos, tarefa muito árdua e até mesmo para quem faz parte da base do governo, como se confirma nos estudos de caso. Nesse sentido, a liberação dos recursos e a execução de projetos locais se tornam fundamentais para o sucesso do deputado, mas não são determinantes na reeleição. Constatou-se que existem outras variáveis como apoio dos prefeitos e participação de coligações estaduais e nacionais que produzem efeitos mais significativos que a execução de emendas parlamentares.

É possível depreender que existem diversas variáveis que influenciam o comportamento do eleitor, dentre elas a influência do prefeito, pertencer ou não à base do governo, visibilidade política no Parlamento e atuação no partido político, bem como a execução ou não de emendas. Portanto, são variáveis que hora atuam de forma isolada, hora atuam num viés coletivo. Tal compreensão decorre das peculiaridades regionais e do modelo

brasileiro (sistema eleitoral proporcional de lista aberta), em que é notória a competitividade entre candidatos de um mesmo partido ou de uma mesma coligação. Dessa forma, é importante destacar que mais próximos do eleitor podem estar o prefeito, o vereador, o representante comunitário e a igreja. Uma boa relação com essas pessoas pode ajudar o parlamentar no sentido de aproximar-se mais do eleitor como, por exemplo, serem vistos juntos em inauguração, lançamento de projetos, livros, palestras e outros eventos comunitários e religiosos, o que pode surtir bons resultados políticos. (PEREIRA e RENNÓ, 2007, P. 664).

Creio que haja ainda um vasto campo de pesquisa relacionado a este tema para ser desvendado dentre elas a influência do prefeito, pertencer ou não à base do governo, visibilidade política no Parlamento e atuação no partido político além da coalisão.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 31, no 1, pp. 3-55, 1988a.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2015.
- BRASIL. Congresso. **Resolução nº 1, de 2001- CN**. Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em 29 nov. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988b). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2014.
- BRASIL. Lei, nº 4320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar 1964.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2012a.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001.
- _____. **Política orçamentária no Presidencialismo de Coalizão**. São Paulo, FGV 2008a.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2008b.
- LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2006, n.76, pp. 17-41.
- _____. O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a Literatura Norte-Americana recente. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 3-38, 1º semestre de 1994.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. **Dados – Revista de Ciências Sociais** [online]. 2005, vol.48, n.4, pp. 737-776.
- NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. O sistema de comissões brasileiro: elementos para uma agenda de pesquisa. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**. vol. 21, n. 2, p. 61-72, jul./dez. 2012b.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. [online]. 2003, vol.46, n.4, pp. 735-771.

PEREIRA, Carlos e RENNO, Lucio. O Que É Que o reeleito tem? O retorno: o Esboço de Uma Teoria da reeleição no Brasil . **Rev. Econ. Polit.** [online]. 2007b, vol.27, n.4, pp. 664-683.

SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados - Revista de Ciências Sociais.** [online]. 2002, vol.45, n.2, pp. 237-264.

ANEXO I

Número de Cadeiras dos Partidos da Coalizão na CD				
Id_Clz	Coalizão	Partido	Número de Cadeiras na CD	
			Início	Fim
22	Dilma I 1	PcdoB	16	14
22	Dilma I 1	PDT	26	26
22	Dilma I 1	PSB	33	28
22	Dilma I 1	PL>PR	40	35
22	Dilma I 1	PDS>PP	44	38
22	Dilma I 1	PMDB	79	77
22	Dilma I 1	PT	88	87
23	Dilma I 2	PMR>PRB	10	9
23	Dilma I 2	PcdoB	14	13
23	Dilma I 2	PDT	26	27
23	Dilma I 2	PSB	28	30
23	Dilma I 2	PL>PR	35	35
23	Dilma I 2	PDS>PP	38	39
23	Dilma I 2	PMDB	77	80
23	Dilma I 2	PT	87	88
24	Dilma I 3	PcdoB	14	14
24	Dilma I 3	PDT	20	20
24	Dilma I 3	PMDB	76	76
24	Dilma I 3	PP	42	42
24	Dilma I 3	PR	36	36
24	Dilma I 3	PRB	9	9
24	Dilma I 3	PT	88	88

Fonte: Quadro1 cedido por Argelina Cheibub Figueiredo.

ANEXO II

Coalizão/ Presidente	Data da Coalizão		Partidos da Coalizão	Evento de início da nova coalizão	Número de Cadeiras da Coalizão na CD		Número de Cadeiras do Partido do Presidente na CD		% de Cadeiras da Coalizão na CD		% de Cadeiras do Partido do Presidente na CD	
	Início	Fim			Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim
Dilma 1	01-jan-11	01-mar-12	PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP	Eleições presidencial e legislativa	326	305	88	87	63,5%	59,5%	17,2%	17,0%
Dilma 2	02-mar-12	02-out-13	PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PDT - PP- PRB	PRB entra	315	309	87	88	61,4%	60,2%	17,0%	17,2%
Dilma 2	02-out-13	31-dez-14	PT - PR - PCdoB - PMDB - PDT - PP- PRB	PSB sai	285	285	88	88	55,6%	55,6%	17,2%	17,2%

Fonte: Quadro2 cedido por Argelina Cheibub Figueiredo.